

**As Crianças-Soldado em África  
O Caso do Uganda**

**Caetana Bliebernicht de Lucena Silveira Machado**

**Dissertação de Mestrado  
em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Julho 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (designação da área científica do mestrado), realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias e a coorientação da Professora Doutora Maria de Assunção do Vale Pereira, docente da Universidade do Minho

*À minha filha,  
que não me deixou esquecer.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que contribuíram para a realização deste projeto.

À minha família que me ajudou nas horas mais difíceis, especialmente ao meu marido que sempre me pressionou para a concretização desta dissertação. À Professora Alexandra Magnólia Dias por todos os conselhos e apoio que me deu desde o início e por ser uma inspiração para a concretização dos meus sonhos. À Professora Maria de Assunção do Vale Pereira que, sem me conhecer, tanto me ajudou com o seu vasto conhecimento na área, assim como pela disponibilidade e paciência permanente.

## **AS CRIANÇAS-SOLDADO EM ÁFRICA**

### **O CASO DO UGANDA**

**CAETANA BLIEBERNIGHT DE LUCENA SILVEIRA MACHADO**

### **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças-Soldado, África, Conflitos Armados, Grupos Insurgentes, Direito Internacional, Uganda, Lord's Resistance Army , Intervenção Externa, ONG's, Organismos Internacionais

O presente trabalho consiste na Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende proceder ao estudo da problemática das crianças-soldado no contexto dos conflitos armados contemporâneos no continente africano, utilizando o Uganda como estudo de caso.

Neste sentido, analisaremos as crianças-soldado quer no continente africano quer ao nível internacional. A dissertação passará por uma revisão teórica dos conceitos fundamentais de criança-soldado, para compreender, então, o processo do seu recrutamento e treino em contexto do conflito armado. Em segundo lugar, procuraremos nomear os principais atores externos no combate a este fenómeno, assim como a proteção jurídica internacional de que as crianças-soldado beneficiam. Será apresentado, posteriormente, a *Lord's Resistance Army*, a sua estrutura como movimento insurgente e o conflito em que está envolvida com o governo Ugandês. Por último, passaremos para a compreensão da questão fundamental desta investigação - os modelos de reintegração das ex-crianças-soldado no Uganda.

# **CHILD-SOLDIERS IN AFRICA**

## **THE CASE OF UGANDA**

**CAETANA BLIEBERNICHT DE LUCENA SILVEIRA MACHADO**

### **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Child-Soldiers, Africa, Armed Conflicts, Insurgent Groups, International Law, Uganda, LRA, External Intervention, NGO's, International Organizations

This work consists on a dissertation for a Masters in Political Science and International Relations, in the Faculty of Human and Social Sciences, of the Nova University of Lisbon. It aims to introduce the case of child-soldiers in the African continent, using Uganda as a case study.

In this sense we will analyze the situation of child soldiers in Africa as well as a internationally analysis of the world situation of this phenomenon. We will undergo a theoretical review of the fundamental concepts of child soldiers, to understand, the recruitment and training process. Secondly, we will try to name the main external actors in combating this phenomenon and the international legal protection. Later we will introduce, the Lord's Resistance Army, its structure and organization and the conflict with the Ugandan government. Finally we move on to understanding the main question of this research - the patterns of reintegration of former child soldiers in Uganda.



## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I: As Crianças-Soldado.....</b>	<b>5</b>
I. 1. Noção de Criança-Soldado .....	6
I. 2. Selecção e Recrutamento.....	7
I. 3. Treino .....	9
I. 4. O Caso Feminino.....	12
I. 5. A Reintegração das Ex-Crianças-Soldado.....	15
I. 5. Crianças-Soldado no mundo.....	19
I. 6. Crianças-Soldado em África.....	21
<b>Capítulo II: Actores Externos no Combate ao Fenómeno das Crianças-Soldado.....</b>	<b>24</b>
II. 1. Protecção Jurídica Internacional .....	25
1.1. Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao Envolvimento das Crianças em Conflitos Armados	
1.2. Protecção Jurídica no Continente Africano	
1.3. Protecção Jurídica do Direito Penal Internacional: O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	
II. 2. Prática das Organizações Internacionais. ....	32
2.1 A organização das Nações Unidas no combate à participação de Crianças em Conflitos Armados	
2.1.1 O trabalho do Conselho de Segurança	
2.1.2 Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças em Conflitos Armados	
2.2 A ONU no processo de reabilitação	
2.2.1 Os Princípios da Cidade do Cabo	



### 2.2.2 Os Princípios de Paris

### 2.2.3 ONG's Internacionais que Promovem o Desarmamento de Crianças

## **Capítulo III: A *Lord's Resistance Army* e o Conflito no Uganda ..... 40**

### III. 1. Contextualização histórica, geográfica e política do Uganda ..... 42

### III. 2. A *Lord's Resistance Army*. ..... 45

### III. 3. Desenvolvimento Cronológico do Conflito no Uganda ..... 51

## **Capítulo IV: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Crianças-Soldado no Uganda..... 56**

### IV. 1. A Amnistia no Uganda ..... 56

### IV. 2. DDR no Uganda..... 61

### IV. 3. A ONU e as Organizações Internacionais/ Locais no Apoio à Reintegração.....68

#### 3.1 – A ONU no Uganda

#### 3.2 – Organizações e ONG's Internacionais

#### 3.3 – Associações Locais no Uganda

### IV. 4. Testemunhos de Ex Crianças-Soldado Ugandesas..... 73

## **Conclusão..... 76**

## **Bibliografia .....81**

## **Mapas.....90**



## LISTA DE ABREVIATURAS

ADF – Allied Democratic Forces

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CPA – *Concerned Parents Association*

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DDR – Desarme, Desmobilização e Reabilitação

DRT – *Demobilisation and Resettlement Team*

FARC – *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia*

GUSCO – *Gulu Save the Children Organizations*

IGC – International Crisis Group

IOM – International Organization for Migration

LRA – *Lord's Resistance Army* (Uganda)

MDTF – Multi-Donor Trust Fund

NMLA – National Movement for the Liberation of Azawad

OIF – Operation Iron First

OIG – Organização Inter-Governamental

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

NPLF – National Patriotic Front of Liberia

NUSAF – Northern Uganda Social Action Fund

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RNM – Movimento de Resistência Nacional

RUF – *Revolutionary United Front* (Serra Leoa)

TPI – Tribunal Penal Internacional

SPLM/A – Sudan People's Liberation Movement/Army

UNDP – United Nations Development Programme



# INTRODUÇÃO

## Objeto do Trabalho

As crianças-soldado são um triste fenómeno que existe há milhares de anos; porém foi apenas no fim do século passado que ganhou maior atenção pela comunidade internacional<sup>1</sup>, até porque atingiu dimensões nunca antes vislumbradas. Tanto durante a Guerra Fria, como o caso da Renamo em Moçambique, como no pós-Guerra Fria, no caso do NPLF de Charles Taylor na Libéria e Serra Leoa, o recurso a crianças foi crucial (Kaldor, 2001). No entanto, este fenómeno afetou também o ocidente na Guerra da Jugoslávia, nomeadamente na Sérvia foram recrutadas crianças, provando que uma guerra em solo europeu pode ser tão brutal como no mundo não-ocidental. É de facto chocante acreditar que existem crianças tão pequenas como apenas 5 anos a lutar na linha da frente e que são obrigadas a matar.

Por ser uma das grandes tragédias do século XXI justifica-se enquanto objeto presente da presente investigação. Toda e qualquer criança tem o direito a ter uma infância e todos nós devemos lutar para que tal aconteça. Por ser um assunto tão sério e que necessita de uma resposta tão urgente, decidi escrever sobre ele a minha dissertação de mestrado. No entanto, acredito que a consciencialização do maior número de pessoas sobre este assunto possa levar a uma mudança, por mais pequena que seja. Quando, em 2012, se tornou viral o vídeo ‘Kony’, retratando as atrocidades cometidas pelo líder da *Lord’s Resistance Army* (LRA), Joseph Kony durante duas décadas, foi-me impossível esquecer a situação vivida por tantas crianças, levando-me hoje a pesquisar e a divulgar tudo quanto possa sobre o seu passado, o presente e o futuro, e esperemos que este último seja bastante mais promissor. Foi neste contexto que optei pelo estudo de caso do Uganda, para tentar compreender melhor o contexto que permitiu a manutenção do conflito durante tantos anos, assim como se o país permitiu a reintegração de todas estas vítimas que ingressaram num conflito sem opção de escolha.

---

<sup>1</sup> No âmbito deste estudo, entende-se por comunidade internacional o conjunto de actores estatais e não estatais que concorrem para a definição da agenda política internacional. Ex: ONU, TPI

## Estado da Questão

Será desta forma que ficaremos a conhecer a situação das crianças-soldado no continente africano, nomeadamente no Uganda no período em que a LRA esteve mais presente no país (início dos anos 80 até 2006) e procuraremos compreender, de que forma é que estas, uma vez terminado o conflito, foram reintegradas na sociedade – qual a atuação do governo e das principais ONG's a trabalhar este problema. Assim, este estudo procurará responder a três questões fundamentais: em que medida é que o envolvimento de atores internacionais em programas de DDR pode contribuir para a reintegração da ex crianças-soldado? Será que a atuação dos atores internacionais é contrária à atuação dos atores locais? Por fim, qual a relação entre os programas do governo e os atores não estatais nomeadamente as ONG's locais?

Ao respondermos às questões centrais desta investigação, será possível compreender a relação entre os três atores principais: a comunidade internacional, o governo e os atores locais não estatais, e de que forma é que cada um dele atuou na reintegração das ex crianças-soldado no Uganda, possibilitando ou não essa mesma reintegração e compreendendo o processo.

## Metodologia

A estratégia utilizada nesta investigação é metodologia qualitativa que recorre ao estudo de caso do Uganda. Esta opção permite uma visão mais aprofundada do contexto em questão face à problemática das crianças-soldado e à reintegração das mesmas.

Para além das obras incontornáveis a que recorri sobre este tema, foi ainda crucial todo um conjunto de dados secundários extraídos da literatura cinzenta (relatórios de think-tanks, ONG's, documentos oficiais da ONU). Relativamente ao enquadramento jurídico da questão, o estudo analisa documentos oficiais, tratados e artigos científicos.

## Estrutura do Trabalho

A presente investigação será apresentada de acordo com a seguinte estrutura:

Em primeiro lugar, será necessário compreender o conceito de criança-soldado e as várias noções compreendidas pelo direito internacional. De seguida serão apresentadas as formas de seleção e recrutamento, sendo feita referência ao treino por que cada criança passa para se tornar um verdadeiro soldado. Será analisada a questão das crianças-soldado no feminino, pois como veremos nesta investigação, não se pode tratar ambos os géneros igualmente, uma vez que as suas histórias são muito distintas. Por último, ainda neste primeiro capítulo, ficaremos com uma noção da situação das crianças-soldado, tanto em África como em outras regiões do sistema internacional afetadas por conflitos armados.

No segundo capítulo, procuraremos compreender os atores externos no combate ao tema em questão; a proteção jurídica internacional e as organizações internacionais e de que forma é que estes atuam. Relativamente à proteção jurídica internacional das crianças em conflitos armados é necessário referirmos os acordos e protocolos em defesa das mesmas, designadamente a criação do Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao envolvimento das Crianças em Conflitos Armados (2002). Também o continente africano adotou as suas próprias normas de proteção de crianças nesta área. Assim, foram assinadas A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Crianças (1999) e a Declaração de Maputo sobre a Utilização de Crianças como Soldado (1999). Por último, serão ainda nomeados os instrumentos criados no âmbito do direito internacional para julgar todos aqueles que cometem crimes contra a humanidade, nomeadamente contra as crianças: o Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional (TPI). Quanto à prática das Organizações Internacionais estudaremos, principalmente, o papel da ONU e os seus esforços para erradicar este problema; o trabalho do Conselho de Segurança, do Representante do Secretário-Geral para as Crianças em Conflitos Armados, os Princípios da Cidade do Cabo e os Princípios de Paris. Por último, serão nomeadas as ONG's internacionais que mais combatem a existência de crianças-soldado.

No seguinte capítulo, introduziremos o conflito no Uganda. Faremos uma breve contextualização histórica e geográfica do país, assim como a apresentação da LRA -

Quem é este grupo insurgente e quais os seus principais objetivos -para então compreendermos o desenvolvimento cronológico do conflito no Uganda.

Por fim, o quarto e último capítulo foca o desarmamento, desmobilização e reintegração das crianças-soldado no Uganda. Para compreendermos este processo é necessário conhecer a amnistia decretada pelo governo ugandês, que visava o retorno seguro de muitas crianças envolvidas no conflito. Serão ainda apresentados os resultados concretos da atuação das Nações Unidas no Uganda assim como as principais ONG's internacionais e regionais que operaram no terreno. Por fim, para uma melhor percepção do que foi a vida destas crianças conheceremos alguns testemunhos de ex crianças-soldado e de que forma foram reintegrados na sociedade.



# **CAPÍTULO I**

## **AS CRIANÇAS-SOLDADO**

Desde o início do século XX que inúmeras crianças, por toda a parte do mundo, têm vindo a participar nos conflitos armados dos seus países (apesar de este fenómeno já se verificar há milhares de anos). Existe uma ideia generalizada de que este fenómeno ocorre apenas em países em vias de desenvolvimento, mas a verdade, é que foi na Europa, nas duas Grandes Guerras Mundiais, onde se registou a entrada de crianças no conflito. (Rosen, 2005, p.54-55)

Em 2008 existiam cerca de 300 mil crianças-soldado em todo o planeta, número que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. (Rakisits, 2008, p.108-122) É seguro afirmar que em mais de três quartos dos conflitos a nível global podemos encontrar crianças em combate nas linhas da frente. O recrutamento das mesmas é mais simples, pois são alvos mais fáceis de controlar. A sua imaturidade física e psicológica é uma enorme vantagem, uma vez que são facilmente manipuláveis e descartáveis, servindo de escudo humano na maioria das vezes.

Embora pareça pouco óbvio, também o avanço tecnológico das armas contribuiu significativamente para o aumento do recrutamento de crianças. O facto de as armas serem mais leves e intuitivas facilitou a sua utilização por parte dos menores que conseguem manejá-las com tanta facilidade.

Assim, neste primeiro capítulo será apresentado, o conceito de criança-soldado, para então compreendermos o processo de seleção e recrutamento vivido de crianças, assim como o treino a que são sujeitas, até se tornarem verdadeiros soldados. Ao falar de crianças-soldado, é impossível não referir o caso feminino, pois a experiência destas raparigas acaba por ser bastante mais complexa do que a dos rapazes e necessita de trato individual. Apresentaremos, ainda, uma breve contextualização da reintegração das ex crianças-soldado, no geral, uma vez que será apresentado mais aprofundadamente o caso do Uganda, objeto deste estudo. Por fim, salientaremos os casos de maior gravidade de crianças-soldado no mundo, assim como no continente africano, tema desta investigação.

## 1. Noção de Criança-soldado

De forma a tornar mais clara esta pesquisa, creio que o ponto de partida deverá ser entender a que é que nos referimos quando utilizamos o termo “criança-soldado”. De acordo com a UNICEF, “criança-soldado” pode ser definido como:

“As any child – boy or girl – under 18 years of age, who is part of any kind of regular or irregular armed force or armed group in any capacity, including, but not limited to: cooks, porters, messengers, and anyone accompanying such groups other than family members. It includes girls and boys recruited for forced sexual purposes and/or forced marriage. The definition, therefore, does not only refer to a child who is carrying, or has carried, weapons.” (UNICEF, 1997)

Uma década mais tarde, embora permaneça praticamente idêntica, a definição que podemos encontrar nos Princípios de Paris é:

“Any person below 18 years of age who is, or who has been, recruited or used by an armed force or armed group in any capacity, including but not limited to children, boys and girls, used as fighters, cooks, porters, messengers, spies or for sexual purposes. It does not only refer to a child who is taking or has taken a direct part in hostilities.” (UNICEF, 2007)

No entanto, de acordo com a proteção conferida pelo direito internacional humanitário, as crianças estão proibidas de participar diretamente em hostilidades, até perfazerem os 15 anos, afirmando; “As Partes no conflito tomarão todas as medidas possíveis na prática para que as crianças com menos de 15 anos não participem diretamente nas hostilidades, abstendo-se nomeadamente de os recrutar para as suas forças armadas. Quando incorporaram pessoas de mais de 15 anos mas de menos de 18, as Partes esforçar-se-ão por dar prioridade aos mais velhos” (Protocolo Adicional, nº2 artigo 77). Assim, os Estados ficam simultaneamente obrigados a não recrutar menores da idade referida - 15 anos - para as suas forças armadas. O intervalo de idades entre os 15 e os 18 anos, “foi o resultado de um compromisso entre aqueles que pretendiam que a idade mínima do recrutamento fosse 18 anos e os que estabeleciam nos quinze, determinando-se que mesmo quando incorporarem pessoas de mais de 15 anos mas de menos 18 anos, deverão esforçar-se

por dar prioridade aos mais velhos. Mas no caso de serem recrutados, deixam de beneficiar da proteção que lhes era conferida enquanto membros da população civil; ou seja serão considerados combatentes, pelo que poderão ser licitamente objeto de ataques.” (Pereira, 2014,p.435).

As duas definições da UNICEF permitem-nos concluir que as crianças nem sempre são usadas para participar diretamente nas hostilidades, mas estão inevitavelmente inseridas em grupos militares e estão a praticar trabalhos ilegais para a sua idade. Segundo a organização *Child Soldiers International*, nos casos mais extremos, estas chegam a ter que exercer funções de “bombistas suicidas”, terminando forçosamente com a própria vida.

A investigadora Alcina Honwana, especializada no estudo do fenómeno em questão, afirma que muitas vezes estas crianças não têm noção da gravidade da situação em que se encontram, misturando a realidade com a fantasia: “Child-soldiers live between a world of make-believe – a child’s world of games and fantasy, of playing with guns – and reality.” Embora, neste caso a realidade seja bastante mais trágica, uma vez que não há maturidade suficiente para lidar com as consequências dos atos praticados, na sua maioria, inconscientemente. (Honwana, 2006,p.21)

## 2. Seleção e Recrutamento

Apesar do recrutamento nem sempre ser forçado, este é sempre ilegal uma vez que a participação de crianças em grupos militares vai contra a Convenção dos Direitos da Criança (General Assembly resolution 44/25, 1989).

Para um melhor entendimento, devemos começar por compreender, primeiramente, a razão que leva à escolha de crianças para grupos militares radicais. Segundo os investigadores/estudiosos que se dedicam ao estudo deste tema são duas as principais razões:

“Two primary factors guide this approach. First, researchers look at the costs and benefits of joining a rebel group, most often focusing on economic circumstances as motivators behind child participation in conflict. Factors like poor poverty and lack of employment can make joining a rebel group an attractive option for children. Even

when poor economic conditions fail to outweigh the risk of choosing to join a rebellion, the conditions make pools of vulnerable youth ripe targets for ambitious recruiters.”  
(Lasley, T., Thyne, C., 2014, p.3)

O recrutamento de crianças é um fator que une inúmeros grupos rebeldes em várias regiões do sistema internacional onde há maior incidência de conflitos. No entanto, existem divergências básicas entre os diferentes grupos insurgentes. As duas principais diferenças entre estes grupos são: uns criam milícias para derrubar o governo, nascendo assim uma forte oposição, enquanto outros grupos pretendem apenas autonomia e reconhecimento. Porém, tanto uma situação como outra só pode ser resolvida, na maioria das vezes, através do recurso à força armada e em nenhum caso existe proteção dos menores envolvidos (Salehyan and Thyne, 2012). De acordo com Clapham (1998), os movimentos armados desenvolvem-se nas zonas interiores, mais rurais, com o intuito de atacar o Estado e as fronteiras mais próximas, tornando os conflitos um problema transnacional. Muitos destes grupos insurgentes foram ganhando cada vez mais poder, dificultando o controlo por parte do Estado - note-se ainda que muitos destes estados africanos tiveram que recorrer a auxílio internacional para legitimar a situação do país e ganhar apoio para a resolução dos conflitos. Como Clapman afirma: “But as legitimacy of insurgencies increased, the effectiveness of the states which they were fighting - and which they also sought to take over diminished” (1998,p.4).

Existem, assim, dois tipos de crianças: aquelas que são recrutadas para os grupos rebeldes contra a sua vontade e as que se juntam voluntariamente. Estas últimas, na sua maioria, agregam-se a estes grupos ou porque acreditam na mensagem das milícias de “salvação nacional”, ou porque é a única hipótese de saírem da miséria. Os fatores de extrema pobreza em que vivem e a carência de educação tornam esta opção a mais viável para garantir a sua sobrevivência.

O recrutamento forçado é dos mais comuns e sem dúvida o mais grotesco. São vários os cenários em que as vítimas são obrigadas a virar as costas à sua família e aldeia. Naturalmente, os alvos mais fáceis são as crianças que crescem em vilas mais pobres e desfavorecidas, onde a proteção do governo é pouca ou nula. Por exemplo no Uganda era muito comum a LRA raptar as crianças das escolas, ruas e muitas vezes dos

seus próprios lares, por vezes com a assistência dos pais, impedidos de agir por risco de vida. Nestes casos, era recorrente, também, uma vez raptadas, as crianças serem obrigadas a violentar a própria família de forma a não terem motivo para regresso ou fuga da LRA. Infelizmente existiam casos em que eram os próprios pais que vendiam os filhos ao grupo de forma a garantir a segurança da restante família, como uma forma de colaborar (Young, 2007,p.19-24).

Existem casos em que as crianças raptadas acabam por não ser recrutadas porque ou não têm condições físicas para segurar bem numa arma ou porque simplesmente são fracas e adoentadas. Nestas situações, estas crianças são mortas de forma a intimidar os recém-recrutados e a impor o medo nas comunidades civis (Singer,2008, p.85).

### 3. O Treino

Uma vez recrutadas, é necessário fazer destas crianças verdadeiros soldados, porque, apesar da idade, o treino é como o de qualquer soldado adulto no resto do mundo, e em caso algum estas crianças são poupadas. Quando há qualquer tipo de recompensa, esta não passa de uma estratégia de manipulação para que estes soldados sintam que estão a fazer o correto, obedecendo e cumprindo ordens.

O processo de passagem de criança para soldado não é fácil e é composto por três fases fundamentais: doutrinação, treino e combate (Correia, 2013, p.55). Tal como o nome indica, doutrinação, tem origem no termo doutrina que significa “conjunto de princípios básicos, fundamentais, de um sistema religioso, político, ou filosófico.” (Dicionário Língua Portuguesa, Texto Editora, 2003). Assim, doutrinação consiste em transmitir estes mesmos princípios. É necessário ter em conta que na doutrinação, ao contrário do que acontece na educação, o doutrinado não deve pôr em causa ou analisar criticamente a doutrina que lhe está a ser ensinada (Wilson,1964). Logo, questionar ou criticar o grupo rebelde é algo que está longe do pensamento destas crianças, se quiserem manter a sua vida.

Por norma, na doutrinação de crianças-soldado os fatores mais utilizados são o medo e a intimidação. As crianças devem sentir-se de tal forma aterrorizadas que nem

arriscam questionar se a doutrina está correta ou errada, limitando-se a obedecer. Ao induzir a violência, os instrutores querem que estas crianças se tornem imunes e indiferentes à prática destes mesmos atos, fomentando assim a irresponsabilidade face às atrocidades cometidas (Correia, 2013, p.52-54).

O método de propaganda utilizado por estes rebeldes é tão forte que passado pouco tempo a maioria das crianças vê o chefe do grupo como um pai ou mesmo um profeta, obedecendo cegamente a todas as ordens. São também criadas novas identidades, para que o passado seja apagado:

“Military training of new recruits is designed to break down the boy soldiers’ ties to other people and create a new one, warlike persona. As Roberts aptly stated: “a soldier must learn to dehumanize other people and make them into targets, and to cut himself off from his own feelings of caring and connectedness to the community. His survival and competence as a soldier depend on this process.” The heavy physical exercise of military training pushes children to high levels of physical exhaustion in order to create mental states conducive to ideological indoctrination.” (Honwana, 2006,p.56)

Ao crescerem neste meio, desprovidos dum ambiente familiar saudável, estas crianças perdem a oportunidade de desenvolver um pensamento social solidário, acabando muitos deles por se tornarem criminosos isentos de remorsos.

Uma vez terminado este processo de doutrinação, começa realmente o treino. O treino destas crianças é como o da maioria dos soldados. Estes aprendem a manejar e limpar armas, preparar emboscadas, entre outros ensinamentos básicos da preparação de guerra.

A duração dos treinos varia de grupo para grupo e conforme a urgência. Tanto pode ocorrer num único dia como pode durar vários meses, de forma a garantir soldados mais experientes e profissionais. Em qualquer um dos casos, a recusa por parte de alguma criança resulta em castigos pesados ou espancamento em frente a todos os outros membros (Correia, 2013).

A última fase deste processo é então a entrada nas linhas de combate. É sem dúvida a mais perigosa das fases, pois a imaturidade faz com que o perigo não seja aprendido, resultando na morte de muitas crianças. Por um lado, também esta mesma

imaturidade acaba por ser uma vantagem, pois estas, devido à sua superioridade numérica e poder de fogo, conseguem muitas vezes superar aqueles soldados que tiveram um treino e preparação mais formal (Singer, 2008, p.95-96).

Ao compreender o processo pelo qual estas crianças passam, tanto físico como psicológico, estas inevitavelmente sofrem profundas mudanças, nunca regressando à inocência infantil que tinham quando recrutadas. Assim, levanta-se uma questão que não pode ser ignorada: a transformação de vítimas em perpetradores (Honwana, 2006). Enquanto umas crianças incorporam o que os rebeldes esperam delas e tornam-se eles não só rebeldes, mas verdadeiros assassinos, outras atuam apenas para garantirem a sua sobrevivência estando alerta para qualquer hipótese de fuga, sofrendo pelas atrocidades cometidas. No entanto, ambos cometem atos assassinos sejam estes contra (ou não) a sua vontade.

Honwana aborda esta questão expondo a sua dualidade. Defendendo que estes são simultaneamente vítimas e predadores, tornando-se impossível distinguir entre ambos:

“We begin by asking, should we consider these child combatants or victims, helpless boys who were coerced into violent actions? Or should we consider them perpetrators, fully culpable and accountable for their actions? The extenuating circumstances and internal emotional states of children vary from case to case. Here we are not concerned with a war crimes tribunal or a trial for war crimes against humanity, and so such matters need not to be adjudicated in individual cases. Nor are we engaging in a merely philosophical exercise. We are called, instead, to account for civil wars that enlist children in horrific violence and distort both their development and that of their societies. From this perspective, boy soldiers are both victims and perpetrators. These processes in which they became involved transform them from children into something else - not quite soldiers, but rather child soldiers, an oxymoron that generates an ambiguous association of innocence and guilt. Although these boy soldiers cannot be seen as entirely deprived of agency either.” (2006,p.59)

Como veremos mais à frente nesta investigação, no capítulo IV referente ao processo de reintegração, por estas mesmas razões torna-se complicado não só a reintegração social mas também individual de cada um destes indivíduos a quem foi dada uma nova oportunidade de recomeçar a vida na sociedade civil.

#### 4. O Caso Feminino

É impossível discutir o termo “criança-soldado” sem dedicar especial atenção ao caso feminino. Este, a meu ver, não pode ser discutido em conjunto, porque as mulheres nestas situações sofrem de uma componente extra de tortura, que na maioria, é poupada aos homens.

Acredita-se que, de todas as crianças-soldado do mundo, 40 por cento são mulheres (IRIN, 2013), logo estas representam quase metade da totalidade deste fenómeno. Estas jovens mulheres são, não só, obrigadas, a lutar na linha da frente, como também sofrem de casamentos forçados ou são “escravas sexuais” de vários homens (Correia, 2013, p.59).

É importante ter em conta que apenas a partir da viragem do século XX para o XXI é que as crianças-soldado raparigas começaram a ser alvo de maior atenção pela comunidade internacional. Hoje, vários artigos são publicados por ONG's, investigadores e mesmo Organismos Internacionais defendendo que as crianças-soldados do sexo feminino têm que ter planos de reintegração de saúde física e mental distintos dos rapazes (Correia, 2013).

Os estudos dedicados ao papel da mulher na guerra são extremamente importantes porque embora estes conflitos estejam automaticamente relacionados com os homens que lutam, as mulheres representam um papel não menos importante. Estas, para além de garantirem a segurança do lar e das famílias, são vítimas de inúmeros abusos e correm riscos de saúde bastante mais elevados, uma vez que muitas contraem HIV. (Honwana, 2006).

No entanto, é necessário referir as diferenças entre os distintos grupos de mulheres vítimas dos grupos armados rebeldes. Existe a situação em que as mulheres são soldados e estão diretamente vinculadas aos grupos rebeldes, sofrendo ainda de violações; e existem ainda jovens (que não estão ligadas ao grupo armado e que fazem parte das aldeias “inimigas”) de etnias, religiões e motivações políticas opostas que, para castigar a família e a comunidade civil, são violadas para que estas sejam motivo de vergonha para toda a sociedade (Velasco, 2008,p.56). Para os rebeldes, esta é das formas mais eficazes de aniquilar o inimigo: destruindo as famílias. Em ambos os casos



as mulheres são desrespeitadas e tratadas de modo inferior. Note-se que, nas duas situações, as jovens têm poucas hipóteses de se voltar a integrar na sociedade, pelo que ou se mantêm vinculadas aos grupos rebeldes ou são obrigadas a fugir e a recomeçar uma vida sozinhas, o que nestas zonas de conflito, é extremamente perigoso.

Ao analisarmos esta experiência do lado feminino, apreendemos não só os abusos e violações de que estas jovens são vítimas mas também as diferentes tarefas que são obrigadas a desempenhar. As crianças do sexo feminino desenvolvem diferentes ocupações, desempenhando funções de cozinheiras, espias, militares a empregadas domésticas, para além de serem usadas sexualmente pelos membros do grupo em que se integram ou pelo membro ao serviço do qual foram colocadas ou com quem foram “casadas”. Segundo Shelly Whitman, Diretora executiva do programa *Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative*, muitas delas chegam mesmo a desenvolver o Síndrome de Estocolmo<sup>2</sup>, criando um sentimento de simpatia ou mesmo de amor pelo seu agressor (M. Namnyak, N. Tufton, R. Szekely, M. Toal, et al, 2007):

“Girls were raped but then given to or chosen by a commander to be a ‘wife’. They are confused about their experiences, their guilt, their families’ expectations and religious beliefs. Additionally, many have children fathered by their captors. They are often rejected when they return home and viewed as non-marriageable material, damaged goods. With this kind of a homecoming, it creates confusion about your identity and your self-worth” (IRIN, 2013)

Torna-se assim perceptível a difícil reintegração das mulheres crianças-soldado. Devido ao papel da mulher em sociedades africanas rurais e à importância do casamento, a aceitação de uma mulher com ligações a um membro inimigo é motivo de discriminação e vergonha não só para a família como para toda a aldeia. (IRIN, 2013) Assim, a sua participação nos programas de reabilitação acaba por ser escassa, pois as mulheres sabem o que as espera, uma vez terminado o processo de reintegração nos centros de acolhimento: desemprego e desagregação social. Estas são vítimas, mas

---

<sup>2</sup> Síndrome de Estocolmo é o nome normalmente dado a um estado psicológico particular em que uma pessoa, submetida a um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia e até mesmo sentimento de amor ou amizade perante o seu agressor.

inevitavelmente, também agressoras, o que torna a definição da sua identidade ainda mais complexa (Honwana, 2006).

Ao analisarmos o testemunho de uma ex criança-soldado ugandesa apercebemo-nos da triste realidade que muitas mulheres têm de enfrentar. China Keitetsi, autora do livro *Child Soldier* é uma ex criança-soldado da LRA (Keitetsi, 2004). Hoje, refugiada na Dinamarca conseguiu fugir do Uganda, encontrando asilo através do Alto Comissariado das Nações Unidas.

Foi recrutada aos 9 anos de idade, tornando-se numa das crianças-soldado mais novas. Aos 11, já tinha treino militar e devido à sua imaturidade e vontade de agradar cometeu desde cedo atrocidades, que hoje prefere não recordar. Aos 13 anos foi mãe pela primeira vez e durante os anos seguintes foi alvo de inúmeras violações. Ao fugir do Uganda, novamente grávida, deixou a filha na África do Sul. Refazer a sua vida na Europa não tem sido fácil, devido aos inúmeros traumas, mas sente-se pela primeira vez segura e livre de perigo (Telegraph, 2004).

“É muito mais difícil para uma menina. Para começar, perde-se a identidade como uma mulher: tem que usar um uniforme militar, botas, deve-se usar o cabelo curto. Não se está autorizado a usar batom ou qualquer coisa que faça lembrar que se é uma menina. Tem que se mudar a maneira de falar, a maneira de se movimentar, e até mesmo a forma de estar apenas em pé ... tudo. Também se perde a fé e é-se humilhado: imagine ter 16 anos e não me lembrar quantos homens tocaram e abusaram do meu corpo. Nas linhas de combate da frente as meninas são obrigadas a cometer atrocidades apenas para provar que não são cobardes, e isso nunca é esquecido. Uma pessoa sente-se suja e sem valor, perde a sua autoestima. Para os meninos, também é terrível, mas eu não posso falar por eles, porque eu vivi isso como uma mulher” (Unicef España, 2011)<sup>3</sup>

China Keitetsi é apenas uma das várias mulheres que sofre de um passado traumático como criança-soldado. Mas como refere Honwana, estas jovens não foram as únicas vítimas de guerra. Muitas das mulheres que permaneceram nas suas vilas e aldeias sofreram imensamente de outra forma: morreram em ataques militares,

---

<sup>3</sup> Tradução livre pela autora.

explodiram em minas, viram as suas famílias a serem assassinadas à sua frente entre muitas outras desgraças. Denis Mukwege, vencedor do prémio Gulbenkian 2015, defende que “as mulheres são as primeiras vítimas dos conflitos e as suas vaginas tornaram-se num campo de batalha” (Público, 2015).

## 5. A Reintegração das Ex Crianças-Soldado

Quando chega a existir uma reintegração, o que não é assim tão comum porque há muitas crianças que não resistem à guerra, esta não é de cariz fácil. Como já vimos, as experiências duras que as ex crianças-soldado acarretam torna muito difícil a reinserção na sociedade. Assim, serve este subtítulo apenas para explicar o processo de reabilitação e reintegração pelo qual o ex soldado passa. Será apresentado mais à frente, no último capítulo deste estudo, de que forma é que os Governo do Uganda atuaram especificamente nesta temática para combater o recrutamento, assim como ocorreu o desarmamento, desmobilização e os respetivos programas para a reintegração.

De acordo com o *United Nations Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, “beyond the practical challenge of locating the families and communities of lost children, successful reunification must also address the challenge of reconciling children and their communities, especially when children may have committed atrocities in their hometowns.” (Release and Reintegration, s.d)

Para ser possível uma reintegração bem-sucedida é necessário cumprir um longo processo que passa por diferentes etapas, em que a reintegração na comunidade é de facto o último passo. Assim, ao iniciarem a reabilitação nos campos de desmobilização, é necessário um programa que aborde uma terapia tanto psicológica como física. Note-se ainda que o primeiro passo é o desarmamento, pois nenhuma criança pode iniciar este processo com a posse de armas.

A reabilitação física é uma das grandes preocupações e das primeiras a ser tratadas, ainda no campo da desmobilização, porque muitas crianças chegam em estado de saúde bastante crítico. Por não existir qualquer tipo de preocupação

sanitária ou de saúde com as crianças-soldado por parte dos grupos rebeldes, estas inevitavelmente chegam a contrair as mais diversas doenças, nomeadamente as sexualmente transmissíveis. Já no caso das crianças do sexo feminino, é comum, aparecerem em estado avançado de gravidez. (Singer,2008, p.206-208) Muitas crianças surgem também, nestes campos, em situações graves de perda de membros ou com necessidade de operações imediatas. Assim, é necessário providenciar, por parte dos governos locais, para dispor de médicos e outros funcionários de saúde de forma a operarem com a maior urgência possível.

O acompanhamento psicológico das ex crianças-soldado implica várias fases e compreende inúmeras vertentes. É importante estabelecer desde o início uma rotina diária para que estas adquiram hábitos de vida saudável e que vão ao encontro da sociedade à qual pertencem (Singer, 2008,p.206-208). Devem ser também facultadas terapias individuais ou de grupo com psicólogos e psiquiatras especializados de forma a tentar sarar os vários traumas que estas crianças, já jovens ou adultos, transportam consigo (Correia,2013,p.153).

Na sua investigação, *Child Soldiers in Africa*, Alcinda Honwana aborda ainda um processo de cura psicológica praticado pelas famílias e comunidades aos ex-combatentes. Nos casos de Angola e Moçambique, a cura dá-se muitas vezes através de rituais espirituais em vez da frequência de centros de apoio e reabilitação.

Rituals for former child soldiers deal with what happened to these children during the war. An acknowledgment of the atrocities they committed or witnessed and a definite break with the past are articulated through ritual performance. Traditional healing for war-affected children in Angola and Mozambique consists principally of purification or cleansing rituals, attended by family members and the broader community. During these rituals, the child is purged of the contamination of war and death, as well as of sin and guilt, and is protected against the avenging spirits of the people the child soldier may have killed. These ceremonies are reflected with ritual and symbolism. The details are distinctive to the particular ethno linguistic group, but their themes are common to all groups in Mozambique and Angola. (2006,p.110)

Por fim, quando as crianças são avaliadas como aptas para serem reinseridas nas suas comunidades, o ideal é que este processo ocorra num ambiente saudável,

livre de perigo. Infelizmente, salvo raras exceções, esta reinserção não acontece da forma desejada. De acordo com um estudo realizado em África (Singer, 2008), 82 por cento dos pais de ex crianças-soldado viam os filhos como uma ameaça para a população. Enquanto 80 por cento de pais de crianças locais não queriam os seus filhos relacionados com as crianças retornadas. Isto só prova a enorme dificuldade que representa para estes jovens o recomeço de uma nova vida (Velasco, 2008). É importante que os especialistas que trataram estas crianças, continuem a acompanhar a sua inserção, tanto na família como na comunidade, para que estas não se sintam abandonadas logo após o término da terapia.

Para um programa ser bem-sucedido e a reinserção decorrer de forma positiva é necessário um esforço coletivo por parte de todos os membros da sociedade. Nesse sentido, como afirma Correia: “Assim, deveria ser posto em prática um programa que sensibilizasse e preparasse a sociedade para os desafios e dificuldades associadas à reinserção social das ex-crianças-soldado, o que se apresenta particularmente difícil no caso das crianças que cometeram atos de violência contra a população local. Devem ser reunidos esforços no sentido de ultrapassar o estigma e estereótipo associado às ex crianças-soldado e que as equiparam a criminosos de guerra. A sociedade deve reconhecer que as crianças-soldado são igualmente uma vítima dos conflitos” (2013,p.156)

Finalmente, para a melhor compreensão de todo o processo de DDR - desarmamento, desmobilização e reintegração, Irma Specht (2009,p.199), na sua investigação, apresenta-nos de que forma é que o processo tipicamente se desenrola, variando, claro está, em alguns pontos dependendo do país em questão.

### **Box 9.1 Components of a Typical Child DDR Programme**

#### **Disarmament:**

- Disarmament
- Removal and decommissioning of arms including landmines, etc.

#### **Demobilisation:**

- Interim Care Centre (separate from adults)
- Family tracing
- Health check-ups and care. Note: No cash payments are made to children!

#### **Reintegration:**

- Psychological support and special care
- Community structures such as welfare committees, children's clubs, etc.
- Education and catch-up education
- Vocational training
- Business training

To aid durable reintegration, services need to be in place to assist older children with:

- Referral and placements in jobs (including in the new security forces)
- Support to start-up businesses
- Business Development Services to mentor and assist the new entrepreneurs
- Targeted investments in infrastructure that will boost local economies
- Scholarships and referral services to higher education

Ao analisarmos um típico programa de DDR, é necessário, em primeiro lugar definir este processo de “Desarmamento, Desmobilização e Reintegração”:

“**Disarmament** is the collection, documentation, control and disposal of small arms, ammunition, explosives and light and heavy weapons of combatants and often also of the civilian population. **Disarmament** also includes the development of responsible arms management programmes. Demobilization is the formal and controlled discharge of active combatants from armed forces or other armed groups. The first stage of demobilization may extend from the processing of individual combatants in temporary centers to the massing of troops in camps designated for this purpose (cantonment sites, encampments, assembly areas or barracks). The second stage of demobilization encompasses the support package provided to the demobilized, which is called reinsertion. **Reintegration** is the process by which ex-combatants acquire civilian status and gain sustainable employment and income. Reintegration is essentially a social and economic process with an open time-frame, primarily taking place in communities at the local level. It is part of the general development of a country and a national responsibility, and often necessitates long-term external assistance.”  
(Secretary-General, note to the General Assembly, A/C.5/59/31, May 2005)

O objetivo do processo de DDR é contribuir para a segurança e estabilidade em ambientes pós-conflito, para que a recuperação e desenvolvimento possa começar. Destina-se a lidar com o problema de segurança pós-conflito, que surge quando os ex-combatentes ficam sem meios de subsistência ou redes de apoio, além dos antigos companheiros, também estes crianças-soldado. O DDR dos ex-combatentes é um processo extremamente complexo, uma vez que é necessária a remoção de armas das mãos dos combatentes, mantendo-os fora das estruturas militares, ajudando-os exclusivamente a integrar-se social e economicamente na sociedade. Assim, o DDR visa apoiar todos os associados a forças armadas e grupos insurgentes, para que se tornem participantes ativos no processo de paz.

Embora o quadro apresentado descreva um típico programa modelo de DDR, como veremos no capítulo IV, através da análise do estudo de caso no Uganda, muitas vezes, por diversas razões este modelo não chega a ser aplicado.

## 6. As Crianças-Soldado no Mundo

Uma vez contextualizado este fenómeno, desde a sua definição ao processo pelo qual passam desde o recrutamento até à reintegração, acredito ser fundamental apresentar os casos das crianças-soldado no mundo, verificando quais os países em que ocorre este flagelo, mas também aqueles que aboliram este fenómeno do seu solo. Assim, mostraremos como se encontra esta situação atualmente.

De acordo com o relatório anual do Secretário-Geral da ONU existem crianças envolvidas em conflitos militares em, no mínimo, 23 Estados (2014). Estas crianças podem ser encontradas em todos os continentes à exceção da Antártida. Embora seja bem claro para a comunidade internacional a gravidade deste assunto, até à data foi impossível travá-lo. A envolvimento torna-se difícil quando os próprios países ignoram os direitos humanos fundamentais do ser humano, e em especial das crianças.

Segundo a ONU e a ONG *Child Soldiers International* podemos encontrar crianças e jovens envolvidos em conflitos armados e atividades militares nos seguintes países:

Tabela 1 – Presença de crianças-soldado nas forças armadas do estado e da oposição, por país.

País	Presença de crianças-soldado	
	Forças armadas do Estado	Forças da oposição
Afeganistão	✓	✓
Colômbia		✓
Costa do Marfim	✓	✓
Filipinas	✓	✓
Íemen	✓	✓
Índia		✓
Iraque	✓	
Israel	✓	
Líbia	✓	✓
Mali		✓
Myanmar	✓	✓
Paquistão		✓
República Centro Africana	✓	✓
República Democrática do Congo	✓	✓
Somália	✓	✓
Sudão	✓	✓
Sudão do Sul	✓	✓

Como é possível apreender na Tabela 1, na maioria dos países onde se podem encontrar crianças-soldado, o estado não só não faz nada para o impedir como ainda as recruta para o seu próprio exército nacional.

Hoje, no continente europeu podemos encontrar uma nova “vaga” de crianças-soldado. Segundo a BBC, (2014) já se podem encontrar jovens de 15 e 17 anos no exército ucraniano, assim como nas tropas russas presentes no país.

Durante o ano de 2014, o núcleo dedicado a esta temática das Nações Unidas lançou a campanha “Child, Not Soldiers”. Leila Zerrougui, *Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, afirma que apesar de ser uma questão complicada e morosa, já obtiveram resultados que indicam progresso contínuo:

“In the campaign’s first year, progress has been steady. The campaign received broad support and we achieved results that are making a difference in children’s lives. Chad has completed all the reforms and measures included in its Action Plan signed with the



UN and has been taken off the UN Secretary-General's list of child recruiters. Over 400 children were released from the national army in Myanmar. In all of 2014, in DRC, there was only one case of child recruitment by the national army, and the child was quickly released. In Afghanistan, the recruitment of children is in decline and only 5 cases were recorded by the UN." (Zerrougui, 2015)

Foi a primeira vez que uma campanha deste tipo foi lançada, o que significa que esta problemática não tem sido esquecida. Os países mais preocupantes para as Nações Unidas, já começaram a adotar medidas para que o desarmamento das crianças seja efetuado corretamente, assim como para prevenção do recrutamento de crianças-soldado.

No entanto, tal como em qualquer mudança, a campanha tem-se deparado com uma série de obstáculos devido ao enraizamento da questão. Ainda assim, o trabalho continuará a ser feito, para que estas crianças não sejam mais do que apenas crianças (Zerrougui, 2015).

## 7. Crianças-Soldado em África

Estima-se que só no continente africano existam cerca de 120.000 crianças-soldado, representando 40 por cento do total deste fenómeno (Rakisists, 2008). Embora África seja a região com mais crianças-soldado, esta tragédia não é uma característica exclusivamente africana; como foi visto, podem-se encontrar menores a lutar na linha da frente em outras regiões do sistema internacional.

Por ser também o objeto de estudo desta investigação serão apresentados os casos mais problemáticos de África, contextualizando brevemente a situação/conflito que possibilitou a existência deste problema.

É no entanto necessário falar de dois países que, embora já não recrutem crianças-soldado, foram dos que mais envolveram menores nas suas longas guerras civis. A Serra Leoa, na década de 90, até ao início do novo milénio, contou com um exército em que mais de 80 por cento eram crianças. O grupo revolucionário *Revolutionary United Front* raptava crianças entre os 7 e os 14 anos, infligindo-lhes a violências grotescas. Para além do grupo rebelde RUF, também o governo de Serra

Leoa contratou crianças-soldado (Correia, 2013). Também o Uganda foi dos países em que esta problemática esteve mais presente, mas será tratado e analisado, com maior cuidado, no decorrer deste trabalho.

Hoje, os países africanos que mais preocupam a comunidade internacional são a República Centro Africana, o Sudão, o Sudão do Sul e o Mali. No entanto este fenómeno já esteve ou está presente em muitos outros países, mas com menor gravidade.

Na República Centro Africana, o caos instalou-se em Dezembro de 2012 e, passados apenas três meses, os rebeldes muçulmanos - Seleka - destituíram o presidente Bozizé. A actuação deste grupo originou a formação de um grupo de oposição cristão “Anti-Balaka”, oficializando assim, a rivalidade entre os dois grupos religiosos. (Simon, 2014). De acordo com as Nações Unidas, mais de 6000 crianças foram envolvidas neste conflito, recrutadas diariamente por ambos os grupos (2015).

No Sudão, durante a longa guerra civil, lutaram aproximadamente 100, 000 crianças (Singer, 2008), representando hoje dos casos mais dramáticos do uso de crianças para soldados.

“Desde 1995, o governo islâmico do Norte recruta, para integrarem um grupo paramilitar – Força de Defesa Popular – menores de 12 anos. Os mais desprotegidos, como as crianças de rua, sem abrigo, pobres e refugiados, são os preferenciais. Estes são raptados e levados para campos que deveriam ser orfanatos mas na verdade são autênticos campos de treino e de recrutamento para o exército. Além disso, recruta crianças das aldeias do Sul, controladas pelo governo, para combaterem contra o próprio povo, nomeadamente os rebeldes do Exército de Libertação do Povo do Sudão. Este grupo iniciou o recrutamento em meados dos anos oitenta e conta com cerca de sete mil indivíduos, em que 30% do total dos efetivos são menores de idade.” (Correia, 2013,p.28)

Também no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, teve início um conflito que até hoje tem sido impossível travar. As causas iniciais deste conflito foram políticas, mas rapidamente se tornaram sobretudo em razões étnicas. Para além das inúmeras violências cometidas em crianças (mortes, violações, mutilações), também estas tiveram que integrar os vários grupos militares rebeldes que se formaram no país.

(Report of the Secretary-General to the Security Council (A/69/926–S/2015/409) , 2015)

O conflito no Mali começou com a insurgência de um grupo rebelde no Norte do país em Janeiro de 2012, liderado por um grupo Tuareg: *National Movement for the Liberation of Azawad* e por um grupo jihadista Ansar Dine. Estes dois grupos fazem parte do *National Movement for the Liberation of Azawad* e, desde a sua formação, que são responsáveis pelo recrutamento de inúmeras crianças. Muitas famílias e escolas venderam menores de forma a garantirem algum sustento. Foram também destruídas milhares de escolas, deixando 200 mil crianças sem acesso a educação (Humanium, 2014).

Como foi possível comprovar nos conflitos referidos, tanto em África como no resto do mundo, as crianças são as principais vítimas. Não existe qualquer proteção e consideração pela infância e cometem-se atrocidades em que estas não têm outra opção se não crescer à força. Corta-se o acesso à educação e paralelamente são restringidas quaisquer zonas onde estas possam brincar e crescer em segurança. Por estes motivos acredito na importância de investigação e divulgação desta temática para que organismos internacionais não se esqueçam que as crianças nunca devem estar presentes nem associadas a qualquer tipo de grupo armado ou atividade militar.

## **CAPÍTULO II**

### **ACTORES EXTERNOS NO COMBATE AO FENÓMENO DAS CRIANÇAS-SOLDADO**

É cada vez mais impossível um assunto como o das crianças-soldado passar despercebido nos principais organismos internacionais. À medida que se foi tornando pública a existência de crianças-soldado, também a atuação da comunidade internacional foi aumentando consideravelmente. Para além das Nações Unidas são várias as ONG's que se dedicam tanto à divulgação e investigação desta temática como praticam medidas para evitar o recrutamento e contribuem para a reintegração das ex crianças-soldado. Para a melhor compreensão da forma como estas organizações podem atuar na defesa dos menores envolvidos em conflitos armados, é necessário, primeiramente, conhecer as normas do direito internacional humanitário dirigidas a esta temática.

O presente capítulo, será, organizado da seguinte forma: em primeiro lugar iremos apresentar a proteção jurídica internacional, que engloba a Convenção de Genebra e os respetivos protocolos de proteção de crianças, nomeadamente: o *Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao Envolvimento das Crianças em Conflitos Armados*. De seguida serão referidos os elementos da proteção jurídica no continente africano, nomeadamente a *Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças* e a *Declaração de Maputo sobre a Utilização de Crianças como Soldado*. Por último, e ainda na secção da proteção jurídica internacional será exposta a Proteção Jurídica do Direito Penal Internacional, nomeadamente o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Numa diferente secção será apresentado o trabalho das Nações Unidas relativamente a esta temática, nomeadamente o trabalho do Conselho de Segurança e as respetivas resoluções, assim como as ONG's internacionais que combatem para o fim do recrutamento de crianças em conflitos armados.

## 1. Proteção Jurídica Internacional

Desde o final dos anos 70 que a preocupação com as crianças-soldado começou gradualmente a aumentar na comunidade internacional. São vários os documentos, protocolos e convenções internacionais existentes para o combate à existência de crianças-soldado. Hoje, a proibição de crianças em conflitos armados é cada vez mais clara: “the prohibition is firmly entrenched in various bodies of law: international humanitarian law, international human rights law, and international criminal law” (Webster, 2007). Assim será analisado o enquadramento jurídico para a proteção destes mesmos menores.

Foi através da IV Convenção de Genebra de 1949 que os direitos das crianças passaram a ser contemplados no Direito Internacional Humanitário. (Correia,2013) As referidas Convenções de Genebra são o resultado de um esforço dos diferentes Estados, em consequência da II Guerra Mundial, de compilação das normas de direito internacional humanitário. A IV Convenção (1949) é aquela que contempla a proteção de civis em tempos de guerra. À data, as crianças eram vistas como “persons requiring special protection” (Webster,2007,p.236); no entanto, com a entrada em vigor dos Protocolos Adicionais às Convenções (1977), a noção das necessidades da criança foi não só alterada mas também atualizada aos conflitos contemporâneos:

“The Parties to the conflict shall take all feasible measures in order that children who have not attained the age of fifteen years do not take a direct part in hostilities, and in particular, they shall refrain from recruiting into their armed forces. In recruiting among those persons who have attained the age of eighteen years, the Parties to the conflict shall endeavor to give priority to those who are oldest” (Webster,2007,p.236)

Nos Protocolos Adicionais às Convenções, convém referir os artigos nº77 e 78 do I Protocolo Adicional que dizem respeito à proteção das crianças e à evacuação das mesmas em casos de guerra, ou crises que desprotejam estes menores de alguma forma.

### **1.1 Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao Envolvimento das Crianças em Conflitos Armados**

Apesar da existência de inúmeros documentos sobre os direitos humanos das crianças, aquele que é mais importante e se dedica especialmente ao objecto de estudo desta investigação é o *Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao Envolvimento das Crianças em Conflitos Armados* (1999). Este protocolo deriva da *Convenção dos Direitos da Criança* (1990) que, para além do protocolo referido conta ainda com o *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança* relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. (UNICEF,2000) A Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas foi adotada em novembro de 1989. Sobre a Convenção diz a UNICEF:

“As Nações Unidas adotaram por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados. A CDC não é apenas uma declaração de princípios gerais; quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados.” (UNICEF PORTUGAL)

No que diz respeito ao *Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança relativo ao Envolvimento em Conflitos Armados*, este foi adotado pelos Estados no ano 2000, entrando oficialmente em vigor no ano de 2002 (Begley,2012,p.619). Hoje, são 162 Estados-Partes deste acordo. Este documento é extremamente importante para o combate à contínua utilização de crianças em conflitos armados, sendo o único que se dedica exclusivamente a este assunto. Ao ratificarem este protocolo ou ao ele aderirem, os Estados ficam legalmente obrigados à não utilização de crianças como soldados, assim como à proteção das mesmas para que não sejam envolvidas em conflitos. Infelizmente, os Estados não são os únicos a recrutar crianças; também os grupos rebeldes, não estatais, que lutam no seu país contra as forças

---

<sup>4</sup> A Convenção dos Direitos das Crianças foi ratificada por todos os estados-membros da ONU, à exceção dos EUA e da Somália.

governamentais, são dos que mais recrutam e raptam crianças, como é o caso do grupo ugandês LRA. Nestes casos, como afirma Begley, “ (...) since the use of a child has been considered an egregious act, and non-state actors usually use children in their armies, this Optional Protocol took the step of specifically including non-state actors” (Begley, 2012, p. 619)

Portanto, os Estados não têm apenas o dever de não recrutar crianças para as suas forças armadas, como ainda o de adotar todas as medidas possíveis para evitar o recrutamento e utilização de menores de 18 anos em hostilidades, por parte de grupos armados distintos das suas forças armadas, como determina o art. 4.º do referido Protocolo. Os Estados ficam, ainda, com responsabilidade de desmobilizar e reintegrar as crianças envolvidas em atividades militares na sua região: “Os Estados Partes devem, quando necessário, conceder a essas pessoas toda a assistência adequada à sua recuperação física e psicossocial e à sua reintegração social” (artigo 6º, nº3). Com vista a conseguir-se uma aplicação ampla do estipulado no Protocolo, estabelece-se o dever de os Estados Partes no mesmo cooperarem, designadamente disponibilizando apoio técnico e financeiro para países que necessitem de assistência na desmobilização, como se determina no art. 7.º, n.º 1, onde se lê:

“Os Estados Partes devem cooperar na aplicação do presente Protocolo, incluindo na prevenção de qualquer atividade contrária ao mesmo, e na readaptação e reinserção social das pessoas vítimas de atos contrários ao presente Protocolo, nomeadamente através de cooperação técnica e assistência financeira. Tal assistência e cooperação deverão ser empreendidas em consulta com os Estados Partes afetados e com as organizações internacionais pertinentes.”

Existindo uma obrigatoriedade dos Estados em cooperar, ou neste caso, tentar eliminar este fenómeno de qualquer país que viole os direitos básicos das crianças, a obrigação extraterritorial deveria ser inquestionável. Se o Protocolo proíbe a existência de crianças-soldados é um dever da “comunidade internacional” lutar no sentido da prevenção do seu recrutamento e desmobilização, se esse recrutamento se verificou.

Monica Hakimi (2010) defende, utilizando o argumento “influence over the abuser”, que para os Estados cumprirem a sua obrigação extraterritorial, o facto de exercerem influência ou terem qualquer tipo de poder sobre o país em questão torna-

se útil para atingir os objetivos requeridos, neste caso, no Protocolo em questão. Monica Hakimi (2010) defende que os Estados devem usar da sua “influence over the abuser” como via de levar outros Estados em que se verifique a utilização de crianças como soldados a cumprirem as suas obrigações na matéria. Assim, explica Begley:

“Using Hakimi’s ‘influence over the abuser’ approach to extraterritorial obligations proves useful in this situation. From this perspective, a state that has influence over another state - by affecting the other state’s actions - hereby has a responsibility to promote the abidance of the treaty. In relation to the use of child soldiers if State A can influence the policy and activities of State B, and both States Parties to the Optional Protocol, then State A has a responsibility to influence the activities of State B to ensure that state B is not violating the Protocol. For example, if State A provides military or technical assistance to State B, State A should not provide this type of assistance if it knows that State B uses child soldiers. Otherwise state A’s international assistance would actually promote the use of child soldiers rather than prevent it and would thus violate the Optional Protocol.” (2012, p.627)

Podemos assim concluir que a afirmação destes direitos no Protocolo comprova que tanto as Nações Unidas como os estados-membros estão comprometidos em terminar este problema que afeta tantas crianças no mundo.

## **1.2 Proteção Jurídica no Continente Africano**

O Continente Africano também procurou proteger legalmente os direitos das crianças que nele habitam. Como foi possível comprovar ao longo desta investigação, África é das zonas do mundo onde existem mais crianças-soldado, bem como inúmeros outros abusos aos direitos fundamentais dos menores, tais como a mutilação genital, os casamentos infantis e forçados, e o trabalho escravo. Assim, face a esta realidade, foram adotados dois documentos fundamentais: A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Crianças e a Declaração de Maputo sobre a Utilização de Crianças como Soldado.

*A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças*, adotada no âmbito da Organização da Unidade Africana, hoje União Africana, é o principal instrumento do sistema jurídico africano que visa proteger os direitos básicos das crianças. (Correia,



2013) Este tratado foi adotado em Julho de 1990 mas apenas entrou em vigor em Novembro de 1999 depois de ter sido ratificada por 15 países. Hoje 80 por cento dos estados africanos assinaram a carta, representando mais de 40 países. (Medina, 2011).

O documento em questão encontra-se dividido em duas partes fundamentais. A primeira evoca os direitos e deveres das crianças enquanto, na segunda parte são-nos apresentadas as obrigações dos Estados em proteger estas mesmas crianças, através da criação de legislações para o efeito (Correia, 2013, p.101).

No que diz respeito aos conflitos armados, o artigo 22º da Carta determina que os “Estados Partes da presente Carta devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que nenhuma criança deve tomar uma parte direta nas hostilidades e se abstenham, em especial, a partir de contratação de qualquer criança.” Assim como, no artigo 15º, é consagrada a proteção das crianças à entrada no mercado de trabalho: “Todas as crianças devem ser protegidas de todas as formas de exploração económica e da realização de qualquer trabalho que seja suscetível de ser perigoso ou interferir com o estado físico, mental, espiritual, moral, ou o desenvolvimento social.”

Relativamente aos deveres das crianças, estas, de acordo com o documento, devem respeitar os seus progenitores, servir a comunidade nacional, preservar e fortalecer os valores culturais assim como a integridade do país em que nasceram. (Artigo 31º)

Embora *A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças* tenha defendido os melhores interesses das crianças, proibindo especificamente a entrada no serviço militar a qualquer menor inferior a 18 anos (art. 22.º, n.º 2), o documento veio prejudicar inevitavelmente o interesse dos exércitos nacionais, uma vez que estão proibidos de aceitar voluntários com idade inferior à determinada. Esta medida veio no fundo ilegalizar muitos dos países que recrutam para os seus exércitos menores de 18, questionando assim a autoridade do documento, porque o incumprimento por parte dos países é muito frequente. (Webster, 2007, p.243)

*A Declaração de Maputo sobre a Utilização de Crianças como Soldados* surge como um compromisso africano para terminar com o uso de crianças em conflitos armados, embora sem carácter vinculativo. Esta declaração foi originada na

Conferência que abordava esta mesma temática, que ocorreu em Maputo entre 19 e 22 de Abril de 1999, contando com o apoio de mais de 250 representantes de governos. O referido documento afirma que o envolvimento de qualquer criança com menos de 18 anos é completamente proibido, mesmo que este seja voluntário. Tal como a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças, também esta declaração visa promover ambientes seguros que permitam o desenvolvimento saudável de todas as crianças que nele habitam. A Declaração apela também a todos os Estados, tanto africanos como não africanos, bem como às organizações internacionais para intervirem e cooperarem em caso de violação do acordo:

“Call upon the United Nations system to provide adequate assistance to ensure the implementation of the above aims, in particular by providing resources for alternatives to children induced by circumstance to volunteer to join armed forces or armed groups, and for facilitating the demobilization, rehabilitation and reintegration of child soldiers, and call upon in particular the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, the United Nations Children's Fund, the Office of the High Commissioner for Refugees, and the Office of the High Commissioner for Human Rights to intensify their efforts to ensure an end to the use of children as soldiers.” (Artigo 11º da Declaração de Maputo)

### **1.3 Proteção Jurídica do Direito Penal Internacional: O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**

De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotado em 1998, o recrutamento de crianças com idade inferior a 15 anos é considerado um crime de guerra, quer esse recrutamento se verifique em conflitos internacionais (art. 8.º, b), xxvi)), quer em conflitos sem carácter internacional (art. 8.º, e), vii)). “The Rome Statute of the International Criminal Court contains provisions relating to criminal accountability for recruiting and using child soldiers in both international and non-international armed conflict. The Rome Statute establishes a permanent court to try individuals charged with war crimes, crimes against humanity, aggression and genocide.” (Begley, 2012, p.122)

O Tribunal Penal Internacional é dos instrumentos do direito internacional mais importantes com vista ao fim da impunidade de violações graves desse direito. É um tribunal internacional permanente criado para investigar, processar e julgar indivíduos acusados de cometer os crimes mais graves que preocupam a comunidade internacional como um todo, ou seja, o crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. Após várias tentativas da implementação de um tribunal penal internacional, é no fim da Guerra Fria que esta hipótese se materializa, mas são eventos criminosos como os da Jugoslávia e Ruanda que têm um impacto decisivo na construção do mesmo. É então em 1998 que se reúnem 160 estados na primeira reunião que tornou possível a formação do Tribunal que teve início a sua atividade em 2002. Hoje, 120 países ratificaram o estatuto de países membros do CPI, 41 assinaram apenas, 21 abstiveram-se e 7 votaram contra o projeto; Os EUA, a China, Israel, Líbano, Iraque, Líbia e Qatar. (ICC) Nas investigações realizadas, o Tribunal Penal Internacional já processou diferentes indivíduos envolvidos no recrutamento e utilização de crianças como soldados. O primeiro homem a ser indiciado pelo Tribunal foi Thomas Lubanga Dyilo, líder do grupo rebelde *Union of the Congolese Patriots* (UCP) da República Democrática do Congo, responsável pelo recrutamento e rapto de inúmeras crianças. Este caso foi um enorme avanço, pois comprovou que a “comunidade internacional” pretende punir aqueles que cometem crimes como o de recrutamento de crianças.<sup>5</sup>

De forma a defender as vítimas de violações graves dos direitos humanos e do direito internacional humanitário criou-se o Tribunal Especial para Serra Leoa, um tribunal “ad hoc” criado para julgar os presumíveis autores de crimes de guerra verificados no território desse país, num período determinado. Por ter sido dos países africanos com o maior número de crianças-soldado na sua longa guerra civil (1991-2002), acabou por ser um enorme contributo para a criminalização de recrutadores de crianças. Este Tribunal, que surge por entre acordo entre as Nações Unidas e a Serra Leoa, teve como objetivo “julgar as pessoas com maior responsabilidade por violações graves do direito internacional humanitário e do direito da Serra Leoa desde 30 de

---

<sup>5</sup> Em julho de 2012, Thomas Lubanga foi condenado a 14 anos de prisão pelo TPI (com direito a redução do período em que este esteve sobre custódia do TPI.)

Novembro de 1996, incluindo aqueles líderes que, ao cometer esses crimes ameaçaram estabelecimento e implementação do processo de paz” (art. 1.º do Estatuto do Tribunal).

Embora o Estatuto do Tribunal da Serra Leoa criminalize o uso de menores de 15 anos em conflitos armados, não reconhece como um crime contra a humanidade<sup>6</sup>, mas sim, um crime de guerra e séria violação contra o direito humanitário internacional, tal como o TPI (Begley, 2012). A criação deste tribunal responsabilizou muitos dos líderes que cometeram graves crimes na guerra civil, que acreditavam que os seus actos iam passar impunes.

Note-se, por fim, que os tribunais “ad hoc” e o TPI em particular são instrumentos jurídicos importantíssimos para a promoção da justiça na sociedade internacional e para que o direito internacional seja mais do que uma mera ferramenta subordinada aos interesses dos Estados, que muitas vezes não é posta em prática.

---

<sup>6</sup> Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a Humanidade" qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: Homicídio; Extermínio; Escravidão; Deportação ou transferência à força de uma população; Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais do direito internacional; Tortura; Violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez à força, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de sexo, tal como definido no n.º 3, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis em direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste número ou com qualquer crime da competência do Tribunal; Desaparecimento forçado de pessoas; Crime de apartheid; Outros atos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afetem a saúde mental ou física. (Artigo 7º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional)

## 2. Prática das Organizações Internacionais

É inquestionável que a organização internacional que mais influência tem nas grandes questões humanitárias é a ONU. Assim, nesta secção avaliaremos o seu papel no combate à participação de crianças em conflitos armados, assim como no processo de reabilitação. Conheceremos também as principais ONG's que lutam activamente na luta contra este fenómeno.

### **2.1 A Organização das Nações Unidas no combate à Participação de Crianças em Conflitos Armados**

O olhar das Nações Unidas sobre a problemática das crianças-soldado aumentou consideravelmente após o relatório de Graça Machel sobre esta questão, solicitado pela própria ONU. Este relatório é de 1996 e desde então foram tomadas várias medidas. (Garcia, 2012) No entanto, apesar dos esforços, ainda não foi possível erradicar este problema, sendo necessário criar ainda mais mecanismos de resolução por parte da ONU.

#### **2.1.1 O Trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)**

De forma a compreender o papel das Nações Unidas no combate a este fenómeno, julgo ser necessário introduzir o órgão central e que mais decisões toma relativamente à manutenção de paz - o Conselho de Segurança. Este tem como principal missão zelar pela manutenção da paz e segurança internacionais como se afirma no art. 24.º, n.º1, da Carta das Nações Unidas. Assim, foram adotadas diferentes resoluções pelo Conselho de Segurança para combater a utilização de crianças em conflitos armados. Nestas resoluções e relatórios foram nomeadas as forças governamentais e não-governamentais que recrutam crianças, de forma a combater o fenómeno. (Correia,2013)

Desde 1999 até aos dias de hoje, que o Conselho de Segurança adotou 12 resoluções (que irão ser de seguida apresentadas) relativamente aos direitos

fundamentais das crianças. Estas resoluções passam pelo debate acerca da morte e mutilações de crianças, assim como de violência e atos sexuais de que são vítimas.

A aprovação da resolução 1261 (1999) é a primeira a ser tomada e visa analisar genericamente as mais graves atrocidades que podem ser cometidas contra crianças em situação de conflito armado. “Nesta resolução, os membros do Conselho de Segurança destacaram pela primeira vez a importância de pôr fim à impunidade e de julgar os responsáveis pelas violações graves das Convenções de Genebra de 1949, bem como o bem-estar e os direitos da criança nas negociações e processos de paz. Assim, com a definição dos piores atos cometidos contra as crianças em conflitos armados e a importância dada à impunidade, seria mais fácil emitir ordens de detenção e julgar os responsáveis pelos crimes referidos” (Correia, 2013,p.109). Ainda nesta resolução, são também aprovados os trabalhos desenvolvidos para a elaboração de um projecto Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativa à sua participação em conflitos armados.

Na resolução seguinte 1314 (2000), foi reforçada a importância dos organismos universais e regionais assim como dos Estados em trabalhar de forma a prevenir o recrutamento de menores e o seu envolvimento em conflitos. Discutiu-se também o comércio ilícito de recursos naturais que muitas vezes são a causa do conflito do prolongamento do mesmo (Garcia, 2012,p.23).

No ano de 2001, foi aprovada a resolução 1379 pelo Conselho de Segurança, sendo esta muito importante porque retrata pela primeira vez a questão da reintegração das crianças, criando assim uma política de “desarmamento, desmobilização e reintegração” (Correia,2013,p.110) Esta resolução contempla ainda, o terrorismo como fator agravante dos conflitos, procurando encontrar soluções para o combate ao mesmo.

Na resolução 1460 de 30 de Janeiro de 2003 existe um progresso importante relativamente ao passado. São tomadas medidas importantes e concretas para por fim ao recrutamento. Assim, são elaborados planos concretos de forma a combater estas ações. Passa a existir também uma vontade por parte do Conselho de Segurança de dialogar com as forças rebeldes que violam o direito internacional.

Já em 2004 a resolução 1539 surge com um apelo urgente à necessidade de existir um plano concreto que seja controlado e vigiado pelo Secretário-Geral (Garcia,2012,p.23) para que seja possível o Conselho de Segurança dispor de informações objetivas e específicas tanto em relação ao recrutamento como a todas as outras graves violações cometidas.

A Resolução 1612 (2005) tem como principal objetivo que as informações fornecidas sejam eficazes, claras e objetivas, criando assim um Grupo de Trabalho encarregue de informar o Conselho de Segurança sobre esta temática específica.

Nas resoluções 1882 (2009) e 1998 (2011) foram essencialmente elogiados os progressos alcançados, frisando-se contudo que era necessário aperfeiçoá-los para que estes sejam de facto eficazes. Na resolução de 2009 destaca-se ainda a afirmação da obrigatoriedade de fornecer auxílio, por parte dos governos, a todas as crianças vítimas de estas atrocidades, sem exceção.

Em 2012, foi adotada a resolução 2068, que enfatiza a importância da responsabilização dos autores de violações graves contra crianças. Ao contrário das resoluções anteriores, a 2068 não apresenta novas propostas, reafirmando as que já tinham sido discutidas no passado.

A resolução 2143 de 2014, foi bastante importante pois votou-se, unanimemente, a favor da recomendação de treino especializado em proteção de crianças para militares, polícias e *peacekeepers*.

Finalmente, em 2015, a resolução 2225 (e última à data) condena os raptos de crianças, na maioria realizados por grupos armados não-estatais. Complementa ainda, o mecanismo introduzido pelo Conselho de Segurança em 2005, por iniciativa da França, que visa responder às graves violações perpetradas contra as crianças, tais como: o assassinato, mutilação, o recrutamento de crianças, violência sexual e ataques contra escolas e hospitais. O sequestro tornou-se a partir desta resolução uma razão para adicionar os responsáveis à "Lista da Vergonha " do secretário- geral da ONU publicado nos seus relatórios anuais. Este é um passo fundamental para a melhoria da proteção dos 250 milhões de crianças que vivem em zonas de conflito. (Garcia, 2012, p.30)

### **2.1.2 Representante Especial do Secretário-geral para as Crianças em conflitos armados**

Para além da adoção das resoluções mencionadas, a meu ver é muito importante mencionar o trabalho do *The Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*. Este Representante dá uma voz às crianças vítimas destas atrocidades, apresentando relatórios não só ao Conselho de Segurança, como também à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos:

“The role of the Special Representative for Children and Armed Conflict is to strengthen the protection of children affected by armed conflict, raise awareness, promote the collection of information about the plight of children affected by war and foster international cooperation to improve their protection. She reports yearly to the General Assembly and the Human Rights Council and raises challenges faced by children in war to political bodies, such as the UN Security Council, as well as relevant Governments to maintain a sense of urgency amongst key decision makers as well as to secure political and diplomatic engagement” (Children and Armed Conflict)

No caso do Uganda, foram examinados os relatórios do Secretário-Geral sobre a situação no país alertando no Conselho de Segurança para a gravidade em que se encontrava. No entanto, foi a UNICEF, como veremos no IV capítulo, que teve uma participação mais ativa no país, nomeadamente na reintegração das ex crianças-soldado.

### **2.2 A ONU no Processo de Reabilitação**

Embora grande parte do trabalho realizado pela ONU tenha sido com o objetivo de impedir o recrutamento de crianças, as preocupações passam muito pela desmobilização, reabilitação e reintegração das ex crianças-soldado. Assim, foram realizadas diferentes conferências que visavam debater a reintegração destas mesmas crianças na sociedade. Destas conferências resultaram um conjunto de princípios que serão expostos de seguida.



### **2.2.1 Os Princípios da Cidade do Cabo (1997)**

A UNICEF, com o apoio de algumas ONG's, organizou em 1997 na Cidade do Cabo, em África do Sul, uma conferência com o intuito de tratar a questão da reintegração das crianças-soldado na sociedade, dando assim origem aos Princípios da Cidade do Cabo. Esta reunião contou com a presença de especialistas para contribuírem com os objetivos pretendidos: evitar o recrutamento de crianças como soldados e reintegração na sociedade dos menores que foram recrutados. Este encontro resultou na adoção dos *Princípios e Boas Práticas da Cidade do Cabo para o Recrutamento de Crianças em Forças Armadas e para a Desmobilização e Reintegração Social de Crianças-Soldado em África*, o primeiro conjunto de recomendações para governos e comunidades atingidos por conflitos armados em África de forma a tentar terminar com as violações dos direitos das crianças. (Garcia, 2012,p.25)

São várias as recomendações feitas neste documento, nomeadamente a do fim do recrutamento que, independentemente de ser voluntário ou não, não deixa de ser ilegal. Reforçou-se a idade mínima, que não pode ser inferior a 18 anos de idade (Velasco, 2008, p.180).

Por último, os Princípios sugerem a participação da comunidade civil na reintegração das ex crianças-soldado, pois sem a contribuição de todos não será possível integrar estes jovens de volta. Correia sugere que o papel das organizações locais de direitos humanos pode passar por diferentes tarefas: “As organizações de direitos humanos poderiam, por exemplo, consciencializar a população através de folhetos informativos e organizar programas ou encontros para lhes dar a conhecer quais os seus direitos e oferecer programas de ajuda às vítimas. Os meios de comunicação, por sua parte, poderiam utilizar a rádio para difundir os direitos das crianças e informá-las dos mecanismos existentes de prevenção e ajuda à reabilitação.” (2013,p.101)

### **2.2.2 Os Princípios de Paris (2007)**

Passados alguns anos sobre a cimeira da Cidade do Cabo, a UNICEF, viu necessidade de adotar mais dois documentos essenciais para promover os direitos das

crianças. Numa reunião, em Paris em 2007, pretendeu-se reforçar os *Princípios da Cidade do Cabo*, criando os *Princípios de Paris*, mas também houve um compromisso por parte dos Estados em lutar contra o recrutamento de crianças, resultando nos Compromissos de Paris. Este encontro contou com a presença de mais de 60 Estados. (Garcia, 2012)

Dos Compromissos de Paris adotados durante a Conferência destaca-se o de “os governos não poupem esforços para pôr fim ao ilegítimo recrutamento e utilização de crianças por parte de forças ou grupos armados em todas as regiões do mundo, e o de garantir que os procedimentos de recrutamento obrigatório e alistamento estejam em conformidade com a legislação internacional aplicável.” (UNICEF, 2007)

Relativamente aos Princípios de Paris, estes propõe aplicações mais práticas e fundamentais que os Estados têm que ter em conta. Assim é apresentado um conjunto detalhado de diretrizes para proteger as crianças do recrutamento e para proporcionar assistência eficaz àquelas que já estão envolvidas em forças ou grupos armados, fazendo esforços para que sejam reintegradas na sociedade.

### **2.2.3 ONG's Internacionais que promovem o desarmamento de crianças**

Como tem sido possível observar ao longo desta investigação, a ONU é o agente internacional que mais participação tem na luta contra o uso de crianças em conflitos armados. No entanto, para além das Nações Unidas, são várias as ONG's que dedicam todo o seu trabalho neste combate sem fim. Assim, será feita uma breve análise das principais organizações internacionais que têm tido um forte impacto tanto na prevenção, como no apoio à reintegração. No decorrer desta investigação será dedicada especial atenção às ONG's que trabalharam diretamente com o estudo de caso desta investigação, o Uganda.

A Organização *Child Soldier International* tem como principal objetivo investigar a situação das crianças-soldado no mundo assim como lutar pelos seus direitos através da disponibilização de advogados: “We advocate for the release of unlawfully recruited children, promote their successful reintegration into civilian life, and call for

accountability for those who unlawfully recruit or use them". A Child Soldier International é das organizações que mais se dedica à investigação desta problemática lançando regularmente novos relatórios. Os principais países em que atua são o Afeganistão, Chade, Índia, Myanmar, Republica Democrática do Congo, Tailândia e no Reino Unido (para aumentar a idade mínima de entrada no exército dos 16 para os 18 anos).

A *Human Rights Watch*, que é das principais organizações defensoras dos direitos humanos a nível mundial, dedica muito do seu trabalho à luta contra a existência de crianças-soldado. Para além do trabalho no terreno que realiza em muitos países, produziu já inúmeros relatórios para a sensibilização face a este fenómeno.

A *War-Child* é uma organização londrina que nasceu em 1993 e tal como as outras organizações, pretende combater este fenómeno por todo o mundo. As principais áreas de atuação desta ONG são o Afeganistão, o Iraque, a República Democrática do Congo, a República Centro Africana, a Síria e o Uganda.

As organizações acima mencionadas são as principais a atuar internacionalmente. No entanto, existem muitas outras organizações a agir a nível local nos países afetados. Relativamente à atuação da comunidade internacional, esta atua principalmente nas zonas de África Subsariana, Sudoeste Asiático e Médio Oriente.

Neste capítulo foi-nos possível conhecer os atores externos a atuar no combate a esta atrocidade. Tanto a nível jurídico como institucional; os elementos mais importantes e nomeadamente o trabalho das Nações Unidas e das principais ONG's. As várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU relativamente à participação de crianças em conflitos armados, demonstram o envolvimento internacional para terminar com este fenómeno. No entanto, é necessário questionar se não seria necessário uma maior participação no terreno por parte da comunidade internacional, além da criação de resoluções, que à data não terminaram o problema.

### CAPÍTULO III

#### ***A Lord's Resistance Army no Uganda***

O lançamento do vídeo KONY 2012 fez com que mais de 100 milhões de pessoas no mundo inteiro ficassem a conhecer as atrocidades cometidas por Joseph Kony e seus seguidores no Uganda, assim como noutros países africanos. Apesar de toda a divulgação, foi impossível à data descobrir o paradeiro do assassino que destruiu a vida de tantas crianças.

É importante referir que o vídeo Kony 2012 lançou uma enorme polémica, especialmente no mundo ocidental. No entanto, os investigadores que se dedicam ao estudo da LRA, foram bastante críticos relativamente à forma como esta problemática foi divulgada. A propaganda feita e o *merchandising* envolvido nesta campanha pela organização *Invisible Children*, ofendeu muitos ugandeses por estar, em parte, afastada da realidade (Akena,2012):

“Viewers of Invisible Children: Rough Cut learned that sleeping on the streets of Gulu was safer than staying outside the town, but they were left in the dark about atrocities committed by the Ugandan army against the civilians it purported to be protecting, and the long-term marginalization, of the region by the Ugandan government. The film also ignored the hundreds of thousands of children and adults who remained in government displacement camps, stationed too far away to walk to the big towns. Living conditions in those camps were atrocious, far worse than the environs of Gulu. Invisible Children: Rough Cut gave such a narrow portrayal that it inadvertently lent support to oppressive government anti-insurgency policies and ended up focusing attention on what was probably the safest place in the war-affected region” (Schomerys,M., Allen,T., Vlassenroot,K., 2012)

O vídeo omite ainda as tentativas de paz, em Juba, entre 2006 e 2008, que contribuíram para erradicação quase absoluta da LRA no Uganda, como veremos na secção seguinte (Akena,2012).

Neste capítulo, procuraremos compreender o conflito que possibilitou a emergência de um grupo como a *Lord's Resistance Army*, liderado por Joseph Kony.

Assim, será apresentada em primeiro lugar a contextualização histórica e geográfica do Uganda, para então compreendermos a orgânica da LRA, desde o seu aparecimento à forma de atuação assim como o desenvolvimento cronológico do conflito neste país.

### 1. Contextualização Histórica, Geográfica e Política do Uganda

O Uganda situa-se no Leste de África, fazendo fronteira com cinco países: o Quênia, o Sudão (a partir de 2011, o Sudão do Sul, em consequência da secessão deste território e sua constituição como um novo Estado), a República Democrática do Congo, o Ruanda e a Tanzânia. Apesar de não ser um país costeiro, uma parte do Uganda é rodeada pelo Lago Vitória. No entanto os ugandeses representam uma das populações mais pobres de África devido, maioritariamente, às décadas de conflito em que têm estado envolvidos.

A economia ugandesa tem por base a agricultura, que emprega 80 por cento da população, e o café é a cultura predominante. O sector da construção civil demonstra grande dinamismo graças aos projetos de reconstrução de infraestruturas e de construção de sistemas de produção e distribuição de energia elétrica, bem como da promessa de implementação de uma rede nacional de fibra ótica. Contudo, a principal esperança do país reside na recente descoberta de reservas de petróleo comercialmente viáveis. A descoberta no Lago Alberto de reservas de hidrocarbonetos trouxe um novo vetor de desenvolvimento ao país. Estas reservas têm motivado a atenção de inúmeros parceiros internacionais (Reino Unido, China, EUA, Irão e Itália).

A população do Uganda, de cerca de 37 milhões de habitantes é, do ponto de vista religioso, sobretudo cristã. Em termos étnicos, coexistem diferentes etnias. Esta heterogeneidade étnica veio a dividir o Uganda, sendo o Império Britânico, colonizador, muito responsável pela criação desta divisão:

“The ethnic identities were fostered by the British colonization as part of a divide-and-rule strategy. In particular, the colonial administration restricted interethnic movements, and colonial practices were powerful instruments in the making of more rigid ethnic boundaries and divides in Uganda.” (Rohner, Thoenig, et al, 2011,p.5)

De forma a contextualizar o presente conflito, é necessário ter em conta o passado histórico que permitiu compreender a trajetória do Uganda. A colonização britânica no Uganda durou mais de um século. Durante este período (1894-1964), a administração do país competia na totalidade aos ingleses, até a independência em 1964. No entanto, mesmo nos dias de hoje, é inegável o impacto que a presença britânica teve no país, uma vez que a origem dos conflitos encontra raízes nos tempos coloniais. Como afirma Finnstorm, o Império Britânico foi simultaneamente responsável pela divisão do país assim como pela definição do papel que cada etnia devia representar no país: “tribes themselves have usually been modern constructions through the intervention of colonialism, which froze the play of identities” (Finnstorm,2008,p.31).

Após a independência, os primeiros anos foram desorganizados resultando num golpe de estado em 1971, dando o poder ao ditador africano: Idi Amin. A sua personalidade, perto da loucura, resultou na morte de mais 300, 000 ugandeses inocentes. Em 1979 o seu mandato terminou através de um novo golpe de estado. Nos anos que se seguiram a instabilidade manteve-se, aumentaram os conflitos entre as duas forças centrais - o exército da etnia Acholi governado por Tito Okello e o National Resistance Movement (RNM) -, com alternâncias de poder entre ambas as forças até que, em 1986, a RNM ganha mantendo o presidente Yoweri Museveni até aos dias de hoje. (Mwakikagile, 2011)

A partir da tomada de poder por Yoweri Museveni, em 1986, o país conheceu alguma estabilidade e crescimento económico, o que se refletiu num relativo aumento do bem-estar da população (nomeadamente redução dos níveis de pobreza, aumento da escolaridade e diminuição da taxa de prevalência do HIV/SIDA) e contribuiu para alguma paz social. Contudo, Museveni e o seu regime são criticados pelo desrespeito e atropelos frequentes aos direitos humanos, pela adoção da pena de morte, pela falta de liberdade de expressão e pela corrupção que grassa no país.

Realizaram-se no dia 18 de fevereiro de 2016 as sétimas eleições presidenciais e legislativas desde 1986. O Presidente Yoweri Museveni obteve, de acordo com dados da Comissão Eleitoral do Uganda, 61 por cento dos votos (Museveni vem vencendo todos os escrutínios à primeira volta, com 75 por cento dos votos em 1996, 69 por

cento em 2001, 59 por cento em 2006 e 68 por cento em 2011). O seu principal opositor, Kizza Besigye<sup>7</sup>, obteve 35,37 por cento dos votos. A participação eleitoral atingiu os 67,61 por cento (EUEA - Uganda).

Relativamente às eleições legislativas, verificou-se, mais uma vez, a vitória do Partido que apoia o Presidente, NRM, que renovou a maioria de 2/3 dos votos no Parlamento. Os Deputados independentes, a maioria dos quais oriundos do NRM, são o segundo grupo mais representativo no Parlamento do Uganda. O principal opositor ao NRM foi o FDC (Forum for Democratic Change), liderado pelo principal adversário de Museveni nas Presidenciais, Kizza Besigye.

A tomada de posse de Yoweri Museveni teve lugar a 13 de maio e contou com a presença do Presidente do Sudão, Omar al-Bashir, sobre quem impende um mandato de captura do TPI. Sendo o Uganda Estado parte do Estatuto de Roma, terá violado a sua obrigação de cooperação com o TPI, o que motivou uma diligência da UE junto das autoridades de Kampala.

Como podemos comprovar, a instabilidade política do país resultou num longo conflito que deu origem ao nascimento de grupos como a LRA. De acordo com o relatório do *International Crisis Group* que em 2004 analisou este conflito, o mesmo sustenta-se em quatro pontos fundamentais:

“The conflict has four main characteristics. First, it is a struggle between the government and the LRA. Secondly, it is between the predominantly Acholi LRA and the wider Acholi population, who bear the brunt of violence that includes indiscriminate killings and the abduction of children to become fighters, auxiliaries, and sex slaves. This violence is aimed at cowing the Acholi and discrediting the government. Thirdly, it is fuelled by animosity between Uganda and Sudan, who support rebellions on each other’s territory. Finally, it continues the North-South conflict that has marked Ugandan politics and society since independence.” (ICG, 2004,p.4)

---

<sup>7</sup> Foi em tempos aliado de Museveni, no *National Resistance Movement* e na *National Resistance Army*, antes de se retirar em 2000 e ter concorrido às eleições Presidenciais em 2001, 2006 e 2011, com o apoio do Forum for Democratic Change.

Como já foi dito anteriormente, a diversidade étnica no Uganda, faz com que o poder militar e político sejam permanentemente disputados entre os diferentes grupos étnicos. Durante muitos anos, até à tomada de poder pelo *National Resistance Movement* (NRM), em 1986, o Uganda era um país praticamente dividido entre o Norte e o Sul, contando ainda com divisões sub-regionais. (IGC,2014,p.2). A vitória do NRM, que era composto por membros exclusivamente do sul do país, resultou num vazio político no norte, permitindo que a LRA ganhasse força, aumentando as clivagens regionais e étnicas, subjugando a população Acholi, o povo do norte.

## 2. Lord's Resistance Army

Há mais de duas décadas que a população do norte (Acholi) do Uganda é vítima de múltiplas violações aos direitos humanos mais básicos. A *Lord's Resistance Army* em pouco tempo controlou esta área, obrigando muitos ugandeses a terem que fugir para campos de refugiados. Estima-se que, apenas no norte do país, entre 500,000 a 800,000 pessoas tenham ficado deslocadas durante os 20 anos do período da presença da LRA. (Dunn, 2007, p.131)

“The LRA began as an evolution of ‘The Holy Spirit Movement - a rebellion against President Yoweri’s oppression of the north of Uganda, led by Alice Lakwena. When Alice Lakwena was exiled, Joseph Kony took over, changing the name of the group to Lord’s Resistance Army or LRA. As the group lost regional support, he quickly started a trend of self-preservation that would come to characterize the rebel group, stealing supplies and abducting children to fill his ranks” (Invisible Children, s.d)

Assim, espalhando o terror por toda a zona norte do país, Kony conseguiu manter-se no poder por quase três décadas, permanecendo escondido até aos dias de hoje. O que inicialmente era um grupo de oposição política, rapidamente se tornou num grupo terrorista, de raptos e violadores de civis, incluindo crianças. Tal como afirma Mary Kaldor, as novas guerras do Pós-Guerra Fria, caracterizam-se pelo excessivo e propositado uso de violência contra os civis, e esta não foi exceção.

“The aim is to control the population by getting rid of everyone of a different identity (and indeed of a different opinion) and by instilling terror. Hence the strategic goal of these wars is to mobilize extremists politics based on fear and hatred. This often



involves population expulsion through various means such as mass killing and forcible resettlement, as well as a range of political, psychological and economic techniques of intimidation. This is why, in all these wars, there has been a dramatic increase in the number of refugees and displaced persons, and why most violence is directed against civilians.” (Mary Kelder pp.8-9)

Kony continua a permanecer um mistério para o mundo exterior. Apesar dos mais diversos testemunhos das crianças que lidaram com ele, o seu perfil continua pouco nítido para quem está de fora. Porém, é seguro afirmar que o seu espiritualismo é o fator que mais influencia todo o movimento.

“His spiritualism is not just an effective control mechanism over his fighters, mostly abductees. It also influences many Acholi. (...) The attribution of superhuman powers to Kony explains for many the army’s failure to defeat him. Some of his belief in Kony’s invincibility is shared by army troops, many of whom are fellow Acholi.” (IGC, 2004,p.5)

Joseph Kony é conhecido como herdeiro de Alice Lakwena, uma jovem que construiu um movimento espiritual e revolucionário contra o regime de Museveni. O ‘Holy Spirit Mobile Forces’, grupo insurgente em questão, era liderado pela espírito Lakwena que “possuía” Alice e a guiava nas missões. Aderiram a este grupo todos aqueles da etnia Acholi que haviam sido discriminados pelo governo com a tomada do poder por Museveni, assim como outros cidadãos revoltados com o sistema. Muitos Acholi que pertenceram durante anos às forças militares ugandesas viram-se obrigados a retornar ao norte do país sem trabalho e em condições muito precárias, juntando-se ao grupo. Mais tarde, Alice Lakwena é derrotada pelas forças governamentais em Kampala, reduzindo bastante o número de soldados, que acabaram por abandonar o movimento, agregando-se a outras forças. (Dunn, 2007,p.133)

Apesar da versão mais conhecida sobre a origem da LRA ser a da herança do grupo criado por Lakwena, esta versão é desmistificada pelo investigador Kevin Dunn, que afirma que estes dois grupos chegaram mesmo a competir um com o outro:

“It is often incorrectly suggested that Kony’s LRA was the continuation of Alice’s HSMF. In fact, Kony started his own movement around 1987. At the time, he was a young

school dropout from Gulu and claimed to be the cousin of Alice. (...) Reportedly, Kony offered to form an alliance with Alice, but Lakwena snubbed him. Seeking revenge for the rejection, Kony started cutting of the food supply to Alice's troops and directly attacked some of her forces. By the time of Alice's defeat, the two Holy Spirit Movements were in direct competition. However, in the wake of her defeat, several of her soldiers joined Kony's forces, and Kony adopted the discourses Alice had created, establishing a complex initiation and cleansing rituals." (Dunn, 2007,p.134)

Foi no princípio dos anos 90 que se iniciou o recrutamento (muitas vezes através do rapto) de crianças. Este teve início quando o exército de Kony começou a ter as primeiras baixas ou desistências, enfraquecendo bastante o grupo rebelde. A perda de apoio regional deu-se devido à desconfiança que a comunidade Acholi começou a ter no líder. É neste contexto que as crianças começam a fazer parte da LRA e a comunidade é simultaneamente obrigada a fugir em busca de segurança. (Allen, 2010)

Para tornar uma criança num soldado existem diversas formas: Infelizmente, na grande maioria, este processo passa pelas mais diferentes torturas. Como vimos no início desta investigação, estes jovens são vítimas das maiores atrocidades. As raparigas são todas, salvo raras exceções, violadas, servindo de escravas sexuais, sendo simultaneamente obrigadas a lutar tal como os rapazes. Muitas destas crianças são obrigadas a matar a família, os colegas, outras crianças e qualquer alvo que o comandante lhes ordene. A técnica de matar a família é muito utilizada por Kony como forma de manipulação, pois, não tendo a quem regressar, as crianças não têm mais nenhuma opção se não entregar-se ao seu líder e amá-lo com sendo a própria família (Young, 2007).

Assim, para poder compreender a atuação da LRA, é necessário conhecer a sua estrutura, que acaba por ser bastante mais complexa do que apenas o recrutamento de crianças. A organização deste grupo permite que este atue em mais áreas do que apenas o norte do Uganda, residindo aí a sua força. Será apresentada a estrutura organizacional, bem como as táticas que fortalecem o grupo, não tendo sido desmantelado oficialmente até hoje.

“The LRA appears to be organized in four brigades: Control Alter (...) which includes the leadership, Sinia, Stockree and Giiva. Each brigade is estimated to have between 300 and 800 members and three battalions. These latter vary in size but are estimated to have been around 250 each when Operation Iron First (OIF) was launched by the army in April 2002 as an attempted knock-out blow. Total LRA size is estimated to be about 3000, but this may vary greatly depending on attrition and reinforcement (i.e. abductions). It is not clear how many of this total are fighters and have received a degree of military training and how many are auxiliaries/porters or wives and families.” (ICG, 2004,p.5)

Muitos destes grupos da LRA funcionaram autonomamente, em regiões diferentes, embora todos reportem ao mesmo líder, Joseph Kony. No entanto, ao longo dos anos e com o conhecimento mundial das atrocidades cometidas, a LRA foi perdendo a força, perdendo a maior parte dos seus grupos. Dos líderes destas subdivisões, que são todos alvos de acusações pelo TPI, apenas dois continuam desaparecidos: Kony e Dominic Ongwan. Quanto aos restantes membros: Rasta Lukwiya, morreu em combate com as forças Ugandesas em 2006; Vincent Otti foi morto pela própria LRA sendo considerado um traidor por ter sugerido prosseguir com as negociações de paz com o governo ugandês; e, por último, o membro mais antigo do LRA Caesar Achellam, foi capturado em 2012, na República Centro Africana, pelas forças militares ugandesas (Invisible Children).

É importante referir também, que atualmente, muitos países africanos estão a adotar uma posição anti-TPI, por considerarem que este foca as suas acusações apenas em países africanos. Se de facto, os países africanos optarem por denunciar o estatuto do TPI, Kony mais uma vez, sairá beneficiado, uma vez que esses mesmos países deixam ter a obrigação de denunciar a sua presença, possibilitando a livre circulação do líder da LRA. (Taylor, 2015)

No entanto, antes do enfraquecimento da LRA, as táticas eram várias para manter o grupo. Para compreender este movimento rebelde, é necessário ter em conta desde o início que este é um movimento sem qualquer agenda ou ligação política. Apesar de se considerarem defensores da etnia Acholi, promovendo o seu nacionalismo e emancipação, este argumento é extremamente contraditório uma vez que é o povo Acholi uma das principais vítimas da sua atuação. (ICG, 2004). São dois os

principais fatores que permitem a manutenção da LRA. O primeiro, extremamente importante, é a inexistência de uma sede/núcleo em solo ugandês, não tendo simultaneamente, um poiso fixo. A LRA nunca estabeleceu bases no interior norte do Uganda, reduzindo assim a vulnerabilidade a ataques. No entanto, isto cria constrangimentos logísticos que normalmente só podem ser satisfeitos através da exploração da população local. As necessidades de abastecimento são mínimas: poucas munições e obtenção de alimentos através do roubo. A prioridade é manter a sobrevivência, evitando o confronto direto com o exército, concentrando-se em emboscadas e alvos fáceis. A política de auto preservação para os comandantes é a chave para manter a organização do grupo. (ICG, 2004)

O segundo fator determinante de força da LRA é o “fator Sudão”, ou seja, a vantagem que o grupo ganhava em refugiar-se no território deste Estado sempre que era necessário reorganizar-se ou repensar estratégia. O governo sudanês não só aceitava que a LRA se refugiasse no seu território sempre que necessitava, como lhe fornecia armas. Este apoio do Sudão surge como resposta ao apoio do governo ugandês à oposição rebelde do Sudão: Sudan People’s Liberation Movement/Army (SPLM/A). Embora ambos os governos tenham oficialmente negado o apoio às forças rebeldes dos países vizinhos, os factos provam exatamente o contrário, sendo um apoio reconhecido pela maioria dos habitantes. (Invisible Children, s.d)

Embora Washington tenha pressionado o Sudão a cortar os apoios e relações “diplomáticas” com a LRA, este corte nunca chegou a realizar-se porque enquanto durou a guerra civil no Sudão, a relação com o grupo do norte do Uganda foi sempre benéfica.

O Sudão tornou-se assim, num “safe haven” para Kony e os seus discípulos, permitindo que estes atuassem não só no Norte do Uganda, mas que se expandissem para outros países vizinhos como a República Centro Africana, o Sudão do Sul e a República Democrática do Congo. Foi uma década de apoio sudanês, este terminou em 2004. Com o fim da guerra no Sudão, em 2004, não faria sentido este país continuar a apoiar um grupo terrorista. No entanto, segundo o relatório *HIDDEN IN PLAIN SIGHT Sudan’s Harboring of the LRA in the Kafia Kingi Enclave, 2009-2013*, o Sudão voltou a apoiar Kony entre 2009 e 2013, não oficialmente.

Como já foi dito, o apoio do Sudão foi crucial para a manutenção da força da LRA entre 1994 e 2004. Quando este apoio terminou, infelizmente não foi o fim do grupo rebelde; este atravessou o Nilo e refez a sua base, entre 2005 e 2006, na República Democrática do Congo até voltar a ser secretamente apoiado pelo governo Sudanês (Ronan,P. Poffenberger,M., 2013,p.9).

No entanto, para muitos continua a ser um mistério a manutenção da LRA passado todo este tempo. Como já foi dito, o recrutamento de crianças e o bom relacionamento com o Sudão foram fatores de fortalecimento para o grupo durante muitos anos. No entanto, para Kevin Dunn, investigador do conflito no Uganda, existem cinco teorias que explicam a sobrevivência do grupo e principalmente do conflito.

A primeira teoria conhecida é a de que Kony é um indivíduo desprovido de sanidade mental. No entanto, este argumento é demasiado simplista para justificar que um homem consiga manter um grupo, por mais pequeno que este possa ser hoje, por mais de duas décadas. Ele pode ser de facto desprovido de valores e de muita coisa, mas os seus atos e estratégias não traduzem irracionalidade: “writing off Kony and the LRA as crazed, drug-fueled madmen is too easy and ignores facts that suggest Kony is neither crazy nor irrational. For example, the military practices of the LRA suggest a clear and consistent rationality - acting in a coordinated manner through an extensive radio network with alarming efficiency and employing advanced weaponry such as automatic weapons and land mines.” (Dunn, 2007,p.138)

Em segundo lugar, temos a teoria de que existe uma enorme discriminação contra a população Acholi, originária do norte do Uganda. Estes têm sido vítimas de ataques aos direitos básicos fundamentais por parte do exército do governo de Museveni como por exemplo a violação dos direitos fundamentais de civis: “In December 2005, government soldiers opened fire on civilians in the Lagogi IDP camp, killing at least seven and wounding many more” (Dunn,2008,p.134). Relativamente à terceira teoria, Dunn refere ainda a questão sudanesa que já foi mencionada.

O quarto argumento defende que Museveni não quer alcançar verdadeiramente a paz com a LRA, sendo esta opinião não exclusiva da população Acholi, mas de toda a população do Uganda. Na perspetiva do governo, o conflito não

está a prejudicar diretamente ninguém a não ser a população Acholi, etnia esta que o próprio governo discrimina: “But after all, why should the government try hard to destroy the rebels? For the most part, it is Acholi destroying Acholi; the rebels do little damage to the government, but they kill and abduct many civilians. The government hates the Acholi and wants us to destroy ourselves, so they do not intervene to end this conflict.” (entrevista realizada por Dunn, 2007, p.88)

Por último, o argumento ou teoria que sustenta que o não desaparecimento da LRA se baseia no facto de que as políticas económicas de violência beneficiam muitas pessoas, ou seja, existem pessoas a ganhar com a guerra e não lhes interessa que esta termine: “A visit to Gulu and surrounding areas indicates that many Ugandan officers are enriching themselves from the conflict through corruption, predation, or exploitation. Indeed, there is much evidence that government officers and soldiers are more interested in profiting from the war than in directly confronting de LRA”. (Dunn, 2007, p.145) É importante referir ainda, que uma das formas de sobrevivência é o crime transnacional organizado e o tráfico de marfim, referido pelo relatório do *Enough Project*, mais à frente.

### 3. Desenvolvimento Cronológico do Conflito no Uganda

Tendo em conta que a presente investigação retrata os efeitos que a LRA teve no Uganda, creio ser fundamental compreender cronologicamente os principais acontecimentos que ocorreram no país, para assim ser possível compreender o objetivo deste estudo: como foi feita a reintegração no Uganda, e se o seu sucesso foi possível. Assim, ao conhecermos o início e o final deste envolvimento rebelde, será possível compreender as medidas tomadas pelo governo ugandês relativamente a conflito, como atuou em defesa da população.

A população do Norte do Uganda desde os anos 80 que foi vítima de inúmeros ataques, deixando mais de 400.000 pessoas sem casa, ficando obrigadas a viver em campos de refugiados, também estes inseguros. (Global Security, s.d)

O conflito entre as forças governamentais ugandesas e as forças rebeldes do Uganda - a LRA e a *Allied Democratic Forces* (ADF) - teve início nos anos 80, mas foi

desde metade dos anos 90 que este se veio a intensificar, sendo esta a década com mais mortandade do conflito. (Finnstorm, 2008). Durante este período cada vez mais pessoas se viram obrigadas a deslocar-se para campos de refugiados, obrigadas pelo próprio governo. Estes anos de enorme instabilidade foram extremamente prejudiciais para o país em todos os níveis: económico, político e mesmo nas relações internacionais do país. O Presidente Museveni era alvo de uma enorme pressão internacional para terminar o conflito, mas os ataques vindos da LRA eram cada vez mais recorrentes.

No norte do Uganda as violações eram contínuas, sendo impossível obter qualquer tipo de segurança. O povo Acholi, que vivia sobretudo da agricultura, viveu uma enorme vaga de fome devido às contínuas deslocações para os campos de deslocados. Após anos de sofrimento, os líderes Acholi decidiram arriscar uma tentativa de negociação de paz com Kony, mas este defendeu que a luta que mantinha com o governo era precisamente para lutar pelos direitos do povo Acholi. Assim, esta situação arrastou-se durante anos, fazendo com que esta etnia fosse cada vez mais alvo de perseguições, raptos, mortes e qualquer outra atrocidade que a LRA se lembrasse de cometer. (Schomerus, 2007)

Em 2002, o governo ugandês lança a missão “Operation Iron First”, em colaboração com o governo do Sudão, para atacar a LRA. Embora tenham sido destruídas as bases do grupo rebelde, este, passados poucos meses, ataca a vila de Soroti, com uma brutalidade nunca antes vista. (IRIN, 2003)

Começou a ser cada vez mais claro para o governo do Uganda que este conflito estava longe de estar resolvido. A LRA parecia que voltava sempre com mais força do que a vez anterior, resultando em cada vez mais civis mortos, ou brutalmente feridos.

Quando, em 2003, o subsecretário Geral dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas foi finalmente ao Uganda, considerou que o país representava dos piores cenários mundiais de crise. (BBC, 2003) Assim, o Uganda começou a contar com a presença de várias agências das Nações Unidas no país. Foi a desta altura que aumentou o conhecimento internacional do que realmente se passava no Uganda. Também a partir de 2005, o Tribunal Penal Internacional emite mandados de captura contra Joseph Kony e contra os seus principais colaboradores.

Em 2006, pela primeira vez, depois de anos a aterrorizar o Uganda, a LRA mostra interesse em iniciar negociações para chegar a um acordo de paz. Segundo o grupo de investigação *Invisble Children*, esta foi apenas uma estratégia da LRA para ter tempo e oportunidade para se fortalecer, após perder o apoio do Sudão. Estas negociações de paz tiveram lugar no entretanto criado Sudão do Sul (Julho de 2011), em Juba, ficando conhecidas como as *Juba Peace Talks*:

“Meanwhile (the peace talks) the LRA set up camp in Garamba National Park in northeastern Congo, gathering its strength and stockpiling food. There is significant evidence that Kony ordered his fighters to attack villages and abduct children in the Democratic Republic of Congo during the Peace Talks. In August 2006, a Cessation of Hostilities agreement was signed by the LRA and the government of Uganda. The talks took place over the course of two years. Joseph Kony sent a delegation to negotiate in his behalf, but when the Final Peace Agreement was ready to be signed, Joseph Kony, repeatedly postponed the date of signing or failed to show up. Most notably he failed to show up to sign The Final Peace Agreement with the government of Uganda in April 2008 and November 2008. It is believed that Kony may have entered peace talks as a mean of resting and regrouping. The entire time that the LRA was involved in peace talks, they were provided food, clothing, and medicine as a gesture of good faith”. (Invisble Children)

Esta tentativa falhada de alcançar a paz fez com que, em Dezembro de 2008, se pusesse em prática a *Operation Lightning Thunder*, organizada pelos governos do Uganda, da República Democrática do Congo, da República Centro Africana e do Sudão, contando com o apoio logístico dos EUA. Esta operação falhou porque Kony a descobriu poucas horas antes de ser concretizada. Como vingança, nas semanas seguintes, o grupo fez dos maiores ataques alguma vez concretizados a uma vila na República do Congo, matando e raptando quase 1000 pessoas. (Akena,2014)

Desde a frustrada *Operation Lightning Thunder*, a LRA começou a atuar em pequenos grupos divididos pelos diferentes países em que opera. É seguro afirmar que desde 2006 que o grupo de Kony diminuiu substancialmente os seus ataques ao Norte do Uganda, zona esta que foi das que mais sofreu com a presença do grupo. No entanto, o facto de ter abandonado o Uganda não significa que a sua erradicação não seja urgente pois os ataques nos países vizinhos são permanentes. Segundo a *Foreign*



*Policy* (2010) apesar de o número de soldados da LRA estar bastante diminuído, a verdade é que o grupo é imparável há anos e continua a vitimizar pessoas recorrentemente, “as reports of fresh attacks and abductions continue to trickle out, it is clear that the LRA’s will to survive is as powerful as the forces massed against it.” (Wilkerson, 2010)

De acordo com o mais recente relatório do *Enough Project* (2015), hoje a LRA conta com menos de 120 soldados, acrescentando apenas a este número 150 crianças e mulheres. No entanto, como já foi referido, os crimes continuam a ser cometidos. Resta perceber como é que a LRA, apesar deste enfraquecimento, se mantém, ou mesmo, como sobrevive. O paradeiro de Kony não é fixo, pois este está em constante fuga devido ao mandato de captura do Tribunal Penal Internacional. Ex-combatentes da LRA garantem que Kony continua sob proteção do Sudão, uma vez que muitas vezes se refugia no país, continuando o governo a negar qualquer envolvimento. A verdade é que a subsistência da LRA deve-se em parte ao apoio sudanês:

Kony has continued to traffic ivory, secured by fighters in DRC’s Garamba National Park. New field research by the Enough Project provides new details about the traffic of ivory from DRC into Kafia Kingi, and the transaction between the LRA and Sudanese merchants. In Enough Project staff interviews conducted earlier in 2015, ex-LRA combatants described trading ivory directly with Sudan Armed Forces officers. Under direct orders from Kony, LRA commanders, in particular his two oldest sons, Salim and Ali, barter the ivory with merchants from the South Darfur town of Songo, in exchange for food, uniforms, and ammunition. One LRA group is based in DRC’s Garamba National Park (GNP), where it poaches elephants and secures the ivory. Another group, led by a young man called Owila, then transports the ivory from northeastern DRC to Kafia Kingi through CAR. (...) Defectors also report that Kony is hoarding some of the larger ivory tusks in anticipation of a “rainy day” for the LRA. The conflict-ivory trade perpetuates poaching of more elephants, the illicit trafficking of ivory, and violence against civilians. LRA groups have also pillaged some amounts of gold and diamonds from mining areas in eastern CAR, and Kony reportedly keeps small quantities of gold and diamonds with him in Kafia Kingi.” (Enough Project Report, 2015)

Por fim, ao compreendermos a orgânica do grupo insurgente LRA e a contextualização do conflito em questão, podemos concluir que a extinção deste

grupo não é de cariz fácil. Foram apresentadas as diferentes teorias que permitem a subsistência do grupo desde a personalidade de Kony, o “safe haven” no Sudão, a discriminação Acholi, ou até mesmo a teoria de que o presidente ugandês não quer alcançar paz. No entanto, é indiscutível que o facto da maior parte do exército da LRA ser composto por crianças raptadas, sem qualquer custo, contribui muito para a manutenção do mesmo. O uso de força e violência extrema provou ser determinante para manter estas crianças vinculadas ao grupo, impedindo muitas de fugir por receio de serem capturadas novamente ou de não serem reintegradas na sociedade pelos crimes que cometeram. Por estas razões é que é necessário existirem programas de reintegração sólidos e apoio da comunidade, para conseguir reintegrar todos que sejam capazes de escapar, contribuindo para o enfraquecimento, e quem sabe um dia, desaparecimento da LRA.

## **CAPÍTULO IV**

### **DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO**

#### **DE CRIANÇAS-SOLDADO NO UGANDA**

Neste último capítulo procuraremos não só responder à questão central desta investigação sobre as formas de reintegração das ex crianças-soldado no Uganda, assim como compreender se esta reintegração foi de facto possível, quais os prós e os contras e ainda os desafios que o governo do Uganda tem ainda de enfrentar de forma a que esta seja bem sucedida.

É impossível falar do desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de crianças-soldado no Uganda sem primeiro conhecer sobre o ato de Amnistia do Uganda de 2000. A amnistia concedida a muitos civis, foi o primeiro passo para a construção das primeiras medidas de reintegração pelo governo ugandês, medidas estas que serão analisadas nesta pesquisa. Será também apresentado o trabalho dos principais organismos internacionais presentes no país, assim como de muitas ONG's nacionais e internacionais que prestaram um enorme apoio nesta temática. Por último, serão reunidos testemunhos de ex crianças-soldado ugandesas, apresentando não só a sua história como também narrando a sua reintegração (ou não) na sociedade e como estes ex combatentes aprenderam a viver com o aterrorizador passado.

#### **1. A amnistia no Uganda**

No ano 2000, o Uganda ofereceu amnistia a todos aqueles envolvidos no conflito armado, vinculados à LRA assim como a outros grupos de insurreição. Após 15 anos de conflito entre a LRA e o governo do Presidente Museveni, foi uma forma pacífica que o governo encontrou de alcançar paz, embora saibamos hoje que esta só foi possível muitos anos mais tarde.

Inicialmente, esta amnistia foi pensada para um período de 6 meses. No entanto deixou uma cláusula aberta para o prolongamento da mesma, que veio a

durar mais de uma década. (Redress, 2012) De acordo com a 2ª Secção do *The Amnesty Act of 2000* esta foi concedida aos seguintes indivíduos:

“An Amnesty is declared in respect of any Ugandan who has at any time since the 26th day of January, 1986 engaged in or is engaging in war or armed rebellion against the government of the Republic of Uganda -

- a. actual participation in combat;
- b. collaborating with the perpetrators of the war or armed rebellion;
- c. committing any other crime in the furtherance of the war and armed rebellion;
- or
- d. assisting or aiding the conduct or prosecution of the war or armed rebellion.

A person referred to under subsection shall not be prosecuted or subjected to any form of punishment for the participation in the war or rebellion for any crime committed in the cause of the war or armed rebellion.” (Amnesty Act, 2000, p.2)

Desta forma, os combatentes que queriam reintegrar-se na sociedade tinham que se entregar abdicando também das armas que possuíam. Assim, todas as pessoas a quem fosse concedida amnistia não seriam perseguidas nem castigadas de qualquer forma, contando com a garantia do governo quanto à reintegração e proteção na sociedade civil.

Desde 2000 um total de 29.288 rebeldes de 29 diferentes grupos de insurreição foram amnistiados. Deste total, 12.971 eram antigos combatentes da LRA. (IRIN, 2012)

Embora seja seguro afirmar que a amnistia foi uma estratégia bem-sucedida por parte do governo ugandês, é importante questionar até que ponto é que esta não viola os parâmetros determinados pelo direito internacional e não coloca em causa a própria reconciliação interna. As amnistias são autorizadas pelo direito internacional, no entanto têm determinados limites estabelecidos pelas leis internacionais de direitos humanos e do direito humanitário. (Redress, 2012) O Uganda assinou todos os protocolos essenciais que defendem os direitos do homem - a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, as Convenções de Genebra e os protocolos adicionais. O Uganda ratificou ainda o Estatuto de Roma em 2002 e ainda os Princípios e Compromissos de Paris em 2007, protegendo as crianças em conflitos armados. Para além de todos os acordos assinados a nível internacional, o Uganda, no

continente africano, assinou inúmeras convenções nomeadamente *A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Crianças* e a *Declaração de Maputo sobre a Utilização de Crianças como Soldado*.

Ao fazer parte de todas estas convenções da comunidade internacional, o Uganda fica, inevitavelmente, obrigado a cumprir determinadas leis pelas quais se comprometeu a reger-se. Assim, todos os instrumentos mencionados, do direito humanitário, obrigam o Uganda a cumprir os seguintes pontos (OHCHR,2009 pp.11-24.);

- Investigar crimes internacionais e processar as pessoas suspeitas de os terem cometido, tais como o genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações contra qualquer tipo de direitos humanos;
- Proteger crianças e mulheres contra a violência, nomeadamente de agressões sexuais, assim como investigar e processar todos aqueles que as possam ter cometido;
- Providenciar métodos adequados para a recuperação de todas as vítimas destas atrocidades;
- Assegurar o conhecimento (verídico) às vítimas dos abusos e violações dos direitos humanos pelas quais passaram, consciencializando-as de que os actos cometidos são graves, não podendo passar impunes.

De acordo com as normas mencionadas, a amnistia concedida aos cidadãos ugandeses violava as normas do direito internacional por parte da República do Uganda. Segundo o relatório do REDRESS (2012) sobre esta problemática, a amnistia do Uganda infringia o direito internacional porque não processava os crimes contra a humanidade, quando neste conflito (como na maioria dos conflitos) foram cometidos graves crimes que não podiam ser ignorados, nomeadamente crimes de guerra. De forma a minimizar as inconsistências entre as obrigações internacionais e as obrigações com a amnistia criada, o governo em 2006 retificou a ato de amnistia; no entanto, este permaneceu praticamente idêntico e muito ambíguo, uma vez que não esclarecia quais os cidadãos a quem se aplicava e aqueles que tinham que ser julgados.

Em segundo lugar, também contra as normas obrigatórias anteriormente mencionadas, a amnistia não permitia às vítimas o direito a que fosse feita justiça pelas atrocidades sofridas, uma vez que nenhum cidadão a quem tivesse sido concebido amnistia poderia ser processado. Também nunca teriam acesso à veracidade dos acontecimentos pois a amnistia não permitia um relatório completo das atividades praticadas ou do envolvimento que cada indivíduo teve no conflito. Por último, como o processo de amnistia estava relacionado com o de desmobilização e de reintegração, para a obtenção do certificado de amnistia era necessário participar em programas impostos pelo Estado, mas especialmente no caso das mulheres, estas recusavam-se a passar por um processo de desmobilização quando não tinham estado ligadas ao conflito armado, sendo sobretudo vítimas de violações e casamentos forçados. O não conhecimento do papel desempenhado por cada um no conflito armado leva à prática de injustiças, pois as vítimas e os agressores não deveriam passar pelos mesmos processos de reabilitação. (OHCHR,2009)

Passados 12 anos sobre a concessão de amnistia no Uganda, esta teve o seu termo em 2012. A cessação da mesma é decidida por Hillary Onek, ministra de administração interna na época, devido à pressão internacional, refutando a legalidade da mesma, pelos motivos acima apresentados.

Segundo o relatório do *Enough Project*, projeto que visa terminar com genocídios e crimes contra a humanidade, a promessa de amnistia teve um papel vital, em todos estes anos, para o retorno de muito soldados que ganharam coragem para fugir da LRA. (Agger, 2012) Em contrapartida, o fim desta é rejeitado por muitos ugandeses, pois temem pela segurança no futuro sem uma lei que os proteja pelos crimes cometidos no passado:

“The removal of amnesty is likely to reduce the number of defectors from the LRA because current LRA commanders and fighters will fear escaping due to the fact that they can now face prosecution. (...) It remains unclear to what extent future returnees will be prosecuted by the government, but it is clear that amnesty is no longer an option. It is essential that the Ugandan government halts investigations against former LRA rebels. Further, the government must ensure protection for returnees and facilitate their safe repatriation and reintegration” (Agger, 2012,p.2)

O *Enough Project*, após entrevistar 60 civis do norte do Uganda, recomenda que para se cumprir justiça com as vítimas e receber, simultaneamente, retornados da LRA se opte pelas seguintes medidas:

- Uma declaração do Presidente Museveni que afirme que o fim da amnistia não significa a perseguição daqueles que retornaram durante os anos da mesma;
- A procura pela veracidade dos acontecimentos ocorridos contra a violação de direitos humanos assim como a procura pela reconciliação entre civis, tribos, etnias. Implementar apenas o direito à amnistia, deixando-a quando existir trocas de informações, para que o governo possa beneficiar da amnistia, alcançando justiça pelos que mais a procuram (neste caso seria necessário recriar a amnistia novamente para casos específicos);
- A justiça transnacional para o Uganda, que está atualmente a ser desenvolvida, deve ser holística e deve procurar alcançar justiça em relação a todos os partidos que participaram em anos de conflitos armados, nomeadamente o governo ugandês. (Agger, 2012)

Para finalizar, creio ser importante lembrar que, embora os crimes mais atrozes tenham sido cometidos pela LRA, grande parte dos membros deste grupo foram crianças raptadas em tenra idade, sem opção de escolha ou fuga. Estas crianças foram obrigadas a cometer crimes sob pena de perderem a vida. Neste caso, e em muitos outros, os perpetradores são simultaneamente vítimas, deixando um ténue espaço entre ambos. Torna-se assim, bastante complicado garantir justiça e reconciliação, ao permitir, por um lado, o regresso de muitos soldados, e por outro garantir justiça àqueles que foram vítimas destes mesmos combatentes da LRA. De forma, a garantir a paz neste processo complexo, acredito que seja necessário um perdão nacional a todos os recrutados pela LRA, através de um esforço coletivo de reintegração destes mesmos retornados na sociedade.

## 2. DDR no Uganda

Durante os anos em que decorreu o conflito foram diversas as tentativas do governo do Uganda para terminar a guerra que durou décadas, desde campanhas militares, diálogo com os grupos insurgentes, cooperação com os governos vizinhos do Sudão, Ruanda e Republica Democrática do Congo, mas todos em vão. Enquanto foi possível eliminar outros grupos rebeldes, a LRA continua, embora já não no Uganda e muito mais enfraquecida, a atuar nesses mesmos países vizinhos. Os processos de reintegração, de todas as tentativas, foram as mais bem-sucedidas, uma vez que apesar dos vários obstáculos, conseguiram reintegrar crianças, possibilitando-as a refazer as suas vidas.

“Disarmament, Demobilization and Reintegration of ex-combatants is a first step in the transition from war to peace” (Tumusime, 2014, p.2). Por este processo ser o mais importante para alcançar a paz e resolver o longo conflito, procuraremos compreender de que forma é este que foi feito no Uganda. Foi viável? Bem-sucedido? Para responder a estas questões que são fundamentais para esta investigação precisamos de perceber quais foram os mecanismos utilizados de proteção a estas crianças, jovens e adultos retornados do conflito.

Como foi visto anteriormente, a amnistia decretada no Uganda tinha como finalidade a reintegração e o desarmamento das ex crianças-soldado que quisessem integrar-se novamente na sociedade. No entanto este processo é de uma enorme complexidade pois, como veremos, existem inúmeros obstáculos para o seu sucesso. Porém, a Comissão de Amnistia (organismo criado em 2000 por ato do Parlamento com vista designadamente a implementar a amnistia) e a própria amnistia não foram os únicos programas criados pelo governo ugandês. Pode-se juntar ainda os seguintes:

1. *The Peace, Recovery and Development Plan* (PRDP) entre 2007 e 2010 que visava a promoção de paz e segurança no norte do Uganda. Devido a inúmeras discórdias entre a população do norte e o governo, este programa não foi devidamente implementado.



2. *The PRDP and Reintegration and Rehabilitation of Child Soldiers* que dá suporte jurídico às ex crianças-soldado de forma a garantir amnistia, assim como tem um programa de desmobilização e reintegração próprio.
3. *Northern Uganda Reconstruction Programme* foi criado pelo governo do Uganda de forma a garantir a reconstrução do norte do país.
4. *Northern Uganda Social Action Fund (NUSAF)* é um fundo concebido para erradicar a pobreza, promover desenvolvimento sustentável e investir na agricultura no norte do Uganda. (Bainomugisha ,2010,p.206-233)

Para além do governo do Uganda, a Comissão de Amnistia contou com o apoio de organismos internacionais (veremos na próxima secção deste estudo qual o trabalho destes organismos nas sociedades objeto de intervenção) para a concretização das medidas de reintegração programadas para a inclusão dos retornados:

“The Amnesty Commission receives some limited funds through the Ministry of Internal Affairs (MoIA), to cover its administrative costs. However, the Commission has depended heavily upon support from international donors and multilateral agencies to finance implementation of its mandate. Between 2000 and 2004, the Amnesty Commission was financed by the GoU and direct bilateral contributions from Belgium, Canada, Denmark, Great Britain, Italy, Ireland, Netherlands, Norway, the United States and the European Union. Between 2002 and 2004 the Amnesty Commission received some support from the International Organization for Migration (IOM) through its Integrated Project for the Return and Reintegration of Reporters and Dependents funded by USAID, UNICEF and the EU. UNDP has also has provided some support to the Amnesty Commission through its’ Conflict Prevention and Recovery Programme. Between January 2005 and June 2007, the Amnesty Commission received support totaling US\$4.2 million from the MDRP through the Multi-Donor Trust Fund (MDTF)” (L.Finnegan, C.Flew, 2008, p.5)

A Comissão da Amnistia ficaria, assim, encarregada da criação de “Demobilisation and Resettlement Teams (DRT’s)”, equipas estas, que ficariam responsáveis pelos quatro principais programas de reintegração: o de desarmamento e entrega das armas, o de desmobilização, o de restabelecimento dos retornados e por fim o programa de reintegração das ex crianças-soldado (L.Finnegan, C.Flew, 2008,). As

principais DRT's a atuar no país são em Arua (na zona Nordeste do país), Gulu e Kitgum (no Norte), Kambala (no centro), Kasese (na zona Oeste) e Mbale (na zona Este). (Tumusiime,2015)<sup>8</sup>. De acordo com o investigador Moses Timusiine, que trabalhou diretamente com uma DRT em Kasese, as principais tarefas cumpridas são:

- Sensibilização da população ugandesa e dos reportados sobre a Lei da Amnistia;
- Documentação e desmobilização de relatórios e oferta de pacotes de assistência em espécie;
- Identificação das necessidades dos ex-combatentes;
- Associar os reportados a parceiros de desenvolvimento;
- Treino dos reportados em *life skills* e HIV;
- Restabelecimento dos reportados;
- Reintegração dos reportados nas comunidades de origem;
- Mobilização extensiva das comunidades para conceber a paz como uma condição prévia para o desenvolvimento (Tumusiime,2015).

Assim, para compreender as três fases - desarmamento, desmobilização e reintegração - é necessário contextualizar cada uma delas. A primeira, o desarmamento, consiste em confiscar as armas na posse das crianças-soldado, de forma a assegurar o retorno à vida civil. Muitas vezes as crianças tornam-se resistentes à entrega das mesmas, pois sentem-se inseguras e desprotegidas, principalmente se o conflito armado não tiver terminado. Algumas chegam mesmo a fugir ou a desistir do processo de DDR para que não tenham que abdicar da arma que possuem. (Singer, 2005)

O segundo passo - a desmobilização - envolve o internamento dos ex-combatentes numa instituição formal. As crianças que conseguem escapar ao grupo armado ou que são capturadas por forças governamentais, são inicialmente entregues a 'Child Protection Units', onde permanecem nas primeiras 48 horas antes de ficarem

---

<sup>8</sup> Ver mapa pag.92

sob a custódia das organizações locais de desmobilização. Neste centro faz-se um primeiro diagnóstico das crianças, avaliando o seu historial e a condição física em que se encontram, antes de passarem para os centros/campos onde vai decorrer o tratamento. Uma vez no campo de desmobilização, o primeiro passo é a realização de uma entrevista individual, com o objetivo de fazer a criança sentir-se sem receio de represálias, auxiliar a criança na noção de mudança e ajudar a recuperar e relembrar a sua identidade própria. Na primeira entrevista, devem ser evitados quaisquer assuntos delicados como perdas pessoais ou atos cometidos durante o conflito; deve-se sim, informar a criança da razão de ser do processo ao qual se sujeita e o que esperar dele. (Correia, 2013) Nesta primeira sessão, é também avaliada mais profundamente a condição física e psicológica em que se encontra a criança, de forma a programar e a definir uma estratégia individual para o caso específico de cada uma. É importante referir, ainda, que quanto maior for a distância da zona de conflito, maior é a possibilidade do tratamento ser viável, pois as crianças correm menos o risco de querer voltar para o grupo rebelde, assim como de serem perseguidas pelo mesmo (Dridi, 2005).

O campo de desmobilização tem como função garantir as necessidades básicas de cada um das crianças, nomeadamente habitação e alimentação, assim como as funções que lhe são atribuídas:

- Assistência médica;
- A localização da família;
- Atividades recreativas;
- Aconselhamento e apoio psicológico;
- Programas educacionais, nomeadamente cursos que permitam adquirir capacidades profissionais para desempenharem uma função na sociedade (2008, Uganda Law).

De todas estas medidas, as que são de maior importância são sem dúvida as de apoio psicológico, pois a recuperação dos traumas passados é a chave fundamental para uma reinserção bem-sucedida na sociedade. A investigadora Barbara Dridi

afirma que muitas vezes ex crianças-soldado não conseguem reintegrar-se devidos aos traumas que têm e ao reduzido apoio psicológico que receberam:

“Unless sufficient tangible support for trauma-healing and reconciliation programs is provided when children are demobilized or removed from situations of war-related abuse, those children and youth will carry the heaviest burdens and pay the greatest price in terms of lack of social adjustment and inability to rejoin civilian society, far into the future. Not only that but the likelihood of their returning to war if fighting resumes is very high indeed.” (Dridi, 2004,p.133)

O terceiro e último passo - a reintegração - é o mais difícil, porque envolve a preparação para o retorno à vida comunitária, à sociedade. Segundo os *Princípios de Paris*, reintegração é: “(...)the process through which children transition into civil society and enter meaningful roles and identities as civilians who are accepted by their families and communities in a context of local and national reconciliation” (2007). Segundo os mesmos princípios, esta apenas é bem-sucedida quando são reunidas as condições políticas, jurídicas, económicas e sociais necessárias para a manutenção das vidas destas crianças assim como garantir a subsistência e dignidade. Este processo destina-se a garantir que as crianças podem aceder aos seus direitos, incluindo a educação formal e não- formal, a unidade da família, meios de vida dignas e segurança do mal " (2007).

Atingir os parâmetros da reintegração é bastante difícil. Esta dificuldade deve-se a diferentes fatores como a não-aceitação das ex crianças-soldado por parte da comunidade, ou a fragilidade de muitos programas de reintegração que não preparam a criança tanto física como psicologicamente para a reinserção em questão:

“Successful DDR programs recognize that not all the ex-combatants have the same needs. Effective programs are those which are flexible and adapt interventions to the specific needs of different target groups and target resettlement communities, because assistance to soldiers have committed atrocities can be perceived as unfair and can cause resentment. Effective DDR programs also provide specific programs for the most vulnerable groups of ex-combatants. The disabled are one such group, child soldiers and women are another” (Tumusiime, 2010).

Grace Akello, médica investigadora do hospital de Gulu, defende que os processos de reintegração no Uganda não foram bem sucedidos. (Akello, et al., 2006) Segundo a equipa de investigação de Akello, as principais razões para o insucesso são os traumas e problemas psicológicos que as ex crianças-soldado enfrentam (em grande parte pelo descuido dos programas de DDR) e a discriminação da sociedade perante estes ex combatentes. No que toca aos programas de reintegração, estes para obterem resultados mais positivos têm que ter em conta seis pontos principais:

- As ideias dos ex-combatentes no que toca a todo o processo de reintegração e reabilitação;
- É extremamente importante ter em conta a questão dos *cen* (termo do dialeto Acholi para espíritos maus). A crença profunda nestes espíritos impossibilita uma recuperação sã porque muitos acreditam que os espíritos daqueles que mataram os perseguem;
- Embora tenham sido recrutadas em crianças, a maior parte destes retornados tornaram-se rebeldes/combatentes;
- O apoio extremamente limitado da comunidade;
- As más condições dos campos de desmobilização e reintegração. (Akello, 2006)

Para além dos fatores acima mencionados, as razões para a reintegração no Uganda ter sido pouco viável passa por outros pontos justificativos:

- A idade de pedido de amnistia não pode ser inferior aos 12 anos, o que desprotege as crianças mais pequenas, que são as que mais necessitam de proteção;
- O número de retornados que não foi capaz de se reintegrar na sociedade é muito elevado;
- As equipas de DRT - Demobilization and Resettlement Teams - são geograficamente muito afastadas e carecem de recursos humanos e financeiros, o que impossibilita o acesso às mesmas.

- Muitos retornados aproveitam apenas as agências de reintegração para a aquisição de materiais e fundos de apoio monetário não estando interessados em terapia ou apoio na procura de emprego;
- A dependência do governo do Uganda e da Amnistia de fatores externos, como as ONG's e organizações internacionais, não se investindo em programas de longa duração eficazes para a população em questão. (Tusumiine, 2010)

Os pontos mencionados são aqueles que necessitam de atenção mais urgente de forma a melhorar este processo. No entanto, existem outros que são igualmente essenciais para garantir maior eficácia do programa: trabalhar com a família, pois a aceitação desta é fulcral para o ex-combatente se sentir acolhido; apoio especial às mulheres que muitas vezes estão grávidas e necessitam de apoio, uma vez que uma mãe solteira não é bem recebida nas comunidades de origem africanas; e também apoio a crianças órfãs ou que não encontram as suas famílias. Todas estas problemáticas são de enorme importância.

É seguro afirmar que houve casos de sucesso, de jovens ex combatentes que refizeram as suas vidas e foram acolhidos novamente nas famílias. Porém, este processo foi sobretudo pelo apoio bem-sucedido por órgãos não-estatais, uma vez que as infraestruturas de apoio do governo do Uganda são muito frágeis e pouco preparadas para a realidade do país:

“The Ugandan government needs to stop relying on the NGO community to reintegrate returning child soldiers. It should implement its own program, with a particular focus on Acholi cultural traditions in dealing with trauma. The Ugandan government should also enact long-term research for its reintegration programs. An imperative step in resolving the future and worsening problems related to the return of former child soldiers in Uganda is evaluating the effectiveness of reintegrating former child soldiers into their communities.

As long as the reintegration process remains ineffective, Uganda is going to suffer. These traumatized and desensitized children are growing to be adults. They are the future leaders of Uganda, and their main means of conflict resolution is violence. Immediate, effective, and culturally sensitive reintegration is imperative to deter a future dictated by atrocities in Uganda.” (Labranche, 2015)

Podemos concluir que embora tenha existido um esforço por parte do governo ugandês, existem ainda muitas lacunas, e que se não existissem ONG's a apoiar a reintegração das ex crianças-soldado (como veremos na secção seguinte) seria ainda mais difícil existirem casos de sucesso.

### 3. A ONU e ONG's internacionais e locais no apoio à reintegração

Embora não tenha sido suficiente para afirmar que as medidas de reintegração no Uganda foram bem-sucedidas, é inegável o apoio e o trabalho tanto das Nações Unidas como de muitas ONG's internacionais e locais que contribuíram para alguns dos casos de sucesso.

#### **3.1 A ONU no Uganda**

O *United Nations Development Programme* (UNDP) e o governo do Uganda, criaram um acordo de cooperação durante 5 anos - 2006-2010 - para apoiar o já criado *Country Programme Action Plan*. O objetivo era criar condições de paz no país, assim como contribuir para melhorias em três principais áreas. A primeira área era a garantia de segurança humana, nomeadamente a manutenção de paz e reconciliação com os grupos insurgentes. A segunda área era o apoio às medidas de reintegração de ex-combatentes, nomeadamente as crianças-soldado, auxiliando o estado nesta matéria, prevendo-se uma melhoria dos programas de reabilitação dos mesmos. Em último lugar, garantir a igualdade de género, principalmente no norte do Uganda, uma vez que nesta zona as mulheres sofrem muito mais do que os homens, como fomos vendo no decorrer desta investigação. (UNDP,2006)

Foi à UNICEF, enquanto organismo especializado da ONU que coube dedicar mais atenção na reabilitação das crianças no norte do Uganda. O trabalho focou-se nos seguintes pontos:

- Criação de acordos com governos, doadores e organizações internacionais dedicadas à temática das ex crianças-soldado;

- Trabalho com o *World Bank*, com a organização *Save the Children International* de forma a proteger as todas as organizações de reabilitação de crianças no Uganda e garantir que o apoio que elas pretendem fornecer de facto ocorre;
- Apoio às ONG's de reabilitação de crianças-soldado;
- Colaboração direta com a MONUC de forma a garantir que todas as crianças refugiadas conseguissem retornar ao seu país de origem através do estabelecimento de contacto com as famílias;
- Garantir que a Amnistia era dada a todas as ex crianças-soldado e que a reintegração no seio familiar era completada, assim como o acesso a saúde, educação e alimentação;
- Subsidiar os conselhos locais<sup>9</sup> para que estes possam coordenar as atividades das ONG's que trabalham nesta área (Bainomugisha ,2010,p.235).

### **3.2 Organizações e ONG's Internacionais**

“Research conducted by ACODE found that there are over 2,000 organizations in Northern Uganda. The challenge with such large scale proliferation of organizations (local and international) which are largely externally funded and driven whose programming largely promotes contemporary liberal peace building approaches could further disempowered communities that have been traumatizing by two decades of violent conflict. Aware of such a challenge some analysts have observed that peace building practices need political roots in local societies, and political communities should have the freedom to set their economic priorities including protection of economic activities from negative effects of global integration.” (Bainomugisha,2010,p.236)

São de facto várias as organizações que se foram instalando no Uganda desde o início do conflito. No entanto, como defende o autor Bainomugisha, muitas vezes para que as resoluções de paz e, neste caso, de reintegração, sejam eficazes é necessário uma solução vinda do próprio país e não de atores externos.

---

<sup>9</sup> Forma de assegurar que num determinado conselho existiam ONG's suficiente com programas de DDR



As principais organizações internacionais a operar no Uganda foram:

1. A **World Vision Uganda**, que faz parte da organização *World Vision* e começou a operar no norte do Uganda no início das operações rebeldes da LRA. A partir de 1995 cria o centro *The World Vision Children of War Rehabilitation Center* que tem dois objetivos principais: a reabilitação das crianças retornadas da guerra e a sensibilização da comunidade local para a reintegração das mesmas. Assim, o centro garante abrigo, educação, assistência médica, apoio psicológico, entre outras componentes fundamentais para a recuperação de uma criança. Todavia, os desafios que este centro encontra são vários e muitas vezes não consegue alcançar os objetivos pretendidos. Um dos grandes desafios enfrentados é rejeição, por parte dos pais, das raparigas soldados que retornam grávidas de comandantes rebeldes, obrigando a que estas, que não abandonam os filhos, vivam na miséria como mães solteiras. Outro desafio enfrentado pela organização é o financiamento da educação de muitas destas crianças a longo prazo, pois muitas ou são órfãs ou não têm ninguém que lhes financie os estudos. Por último, a *World Vision* não conseguiu apoiar os rituais e cerimónias da comunidade local por ser uma organização de orientação católica. Apesar da população ugandesa ser maioritariamente cristã, existem rituais espirituais próprios de cada etnia e mesmo da cultura da população ugandesa, dificilmente compreendidos pela religião católica.
2. A organização **Save the Children in Uganda** (faz parte da *Save the Children*) começou a auxiliar crianças no Uganda a partir de 1994 através de apoio técnico e financeiro à organização ugandesa GUSCO. Treinou o staff da ONG ugandesa, principalmente para fornecer apoio psicológico às crianças através do intercâmbio de especialistas dinamarqueses. Também a *Save the Children in Uganda* se deparou com muitos obstáculos devido à negociação dos direitos das crianças diretamente com o governo. Também o envolvimento tão direto de uma organização internacional com uma local – GUSCO (que mencionaremos mais à frente) - foi mal visto por alguns habitantes, que desconfiavam das suas intenções.

3. A **Caritas Gulu** é uma organização católica que pretende através da igreja a promoção de justiça social, nomeadamente a reabilitação das ex crianças-soldado. Esta organização foca-se primordialmente na reabilitação psicológica destas crianças traumatizadas. Tal como as outras organizações, enfrenta alguns entraves na realização dos seus objetivos. O primeiro é a difícil tarefa de desculpabilizar as crianças pelos crimes cometidos. Em segundo lugar, é o facto destas crianças acreditarem que estão melhor na instituição do que com as famílias e a comunidade, não querendo terminar o processo de reabilitação, o que pode complicar bastante a relação entre a comunidade e a Caritas Gulu. Por último, criou-se ainda um ressentimento em relação ao apoio prestado às ex crianças-soldado, quando 70 por cento da população Acholi vive em campos para deslocados, não recebendo o mesmo tipo de auxílio. (Bainomugisha, 2010, pp.237-247)

### **3.3 Associações Locais no Uganda**

Apesar do elevado número de ONG's a operar no norte do Uganda, iremos apresentar aquelas que tiveram maior impacto na temática em questão. Note-se que muitas ONG's demonstram uma enorme fragilidade de sustentabilidade uma vez que têm pouca ou nenhuma autonomia, pois dependem, na sua grande maioria, das doações de atores externos.

A *Gulu District Forum* é uma organização que acolhe e orienta todas as ONG's/projetos no distrito de Gulu no norte do Uganda que mencionaremos de seguida, e que se dedicam exclusivamente à reintegração de ex crianças-soldado.

1. **The Justice and Reconciliation project** nasceu em 2004 e dedica-se à investigação e a defesa dos direitos humanos. Pretende dar voz às vítimas do conflito de forma a tentar influenciar os líderes políticos a tomarem medidas de proteção e auxílio das mesmas.
2. **The Acholi Youth Strengthening Strategy Project** pretende defender os direitos da etnia Acholi, principalmente da juventude. Fornece educação e grupos de trabalho aos jovens para que estes saibam lidar com os conflitos e tenham

noções de direitos humanos básicos. Este projeto criou ainda uma rádio onde estes jovens podem debater as diferentes questões, nomeadamente a questão de crianças-soldado.

3. **GUSCO - Gulu Support the Children Organizations** é uma ONG de cultura local criada em 1994 que promove o bem estar das crianças afetadas pelo conflito no norte do Uganda. A GUSCO oferece apoio psicológico, educação e apoio jurídico aos direitos destas ex crianças-soldado. De acordo com o investigador Bainomugisha, esta ONG é das mais organizadas e tem funcionado de forma bastante eficaz, cumprindo sempre o processo indicado: o primeiro passo é procurar o rasto das famílias das crianças-soldado e sensibilizar a comunidade da importância em aceitar estes jovens retornados. Ao regressarem a casa, a ONG oferecia alguns bens essenciais para fornecer os mínimos no recomeço da nova vida e ainda fazia visitas regulares para acompanhar a integração na sociedade. No entanto, muitas ex crianças-soldado defendem que estas visitas são por muito pouco tempo.
4. **Concerned Parents Association - CPA**, tal como o nome indica esta ONG foi criada por um grupo de pais de crianças raptadas pela LRA de forma a evitar que se voltassem a repetir estas atrocidades. A organização tem quatro programas fundamentais: o *'Livelihood Programme'* que pretende que ex crianças-soldados promovam diferentes actividades para a melhoria da sua qualidade de vida; o *'Child Protection Programme'* que visa a reintegração das crianças através de actividades artísticas; o *'Peace Building Programme'* através da criação de palestras e debates sobre a temática em questão; e por último o *'Parent Support Program'* que visa apoiar os pais das ex crianças-soldados de forma a que estes saibam lidar melhor com os filhos e tenham consciência da difícil adaptação na sociedade.
5. **War Affected Association (WACA)** formou-se em 2002 e tem como principal objectivo fortalecer economicamente as ex crianças-soldado. "Founded by former child soldiers, WACA realized that the external assistance provided to them for their DRR was not enough and not sustainable." (Bainomugisha ,2010,p.247-252)

Nesta secção foi-nos possível compreender que foram as ONG's locais quem mais contribuíram para os casos de sucesso de reintegração das ex crianças-soldado. O apoio internacional da ONU e de outras organizações internacionais, foi indiscutivelmente benéfico, mas como foi referido anteriormente a mudança tem que vir de dentro, e não de fatores externos que não partilhem a mesma cultura, fator fundamental para atingir bons resultados de reintegração.

#### 4. Testemunhos de ex crianças-soldado

A amnistia concedida pelo governo do Uganda permitiu o regresso a muitas ex crianças-soldado, raptadas pela LRA. No entanto, para muitos, a reintegração na sociedade não foi nada fácil. São raros os casos em que a reintegração física, psicológica ou social é bem-sucedida.

Nos últimos anos têm sido publicados alguns testemunhos, destas crianças, agora adultas. Assim, serão apresentadas quatro histórias de forma à melhor compreensão de como de facto ocorre a reintegração no Uganda na prática. Estas vítimas conseguiram refazer as suas vidas? Infelizmente, na maioria dos casos não, existem demasiados fatores que entravam o processo assim como baixos recursos que não permitem programas de terapia prolongados. De seguida serão apresentados quatro casos distintos de testemunhos de ex crianças-soldado que nos permitirão compreender melhor de que forma se deu a reintegração no Uganda. Tentei optar por apresentar testemunhos diferentes uns dos outros para comprovar que embora existam diferenças, há sempre pontos comuns nestas histórias.

David Okech tinha 17 anos quando viu o pai a morrer à sua frente, espancado pelos membros da LRA. De seguida, sem lhe restar nenhuma opção, foi obrigado a juntar-se ao grupo, juntamente com os irmãos. A partir daí, iniciou-se um pesadelo, tendo assistido a inúmeras mortes, e tendo ele próprio que matar. No entanto, o caso de Okech não é dos piores uma vez que este, passados 6 meses, conseguiu fugir depois de ter assistido a um dos soldados a matar um bebé por este não parar de chorar de fome. Ao fugir, tinha plena noção do risco que corria, mas sabia que não poderia

continuar a pactuar com uma organização capaz de cometer tamanhas atrocidades. Quando chegou à aldeia onde nasceu, o cenário não foi fácil: já não tinha família para quem regressar pois tinham todos sido mortos e o resto da população não o via com bons olhos por ter estado envolvido na LRA. Não se sentindo protegido pela comunidade, Okeck não viu outra opção se não continuar a refugiar-se nas zonas seguras que foi encontrando até chegar a Gulu, onde conseguiu bolsa para entrar na faculdade e onde voltou a reencontrar a mãe que afinal também sobrevivera (Fox News, 2013).

Com apenas 13 anos, Edward foi raptado a meio da noite pela LRA, com quem permaneceu como soldado durante mais de uma década. Logo após o rapto, foi obrigado a marchar durante 5 dias para o Sudão, onde estava a base militar da LRA. Conta que, nessa longa marcha, viu muitas crianças da sua idade ou mais novas a morrerem pela falta de condições em que viajavam, sem comida ou mesmo água, que era muito escassa. Durante os anos em que esteve na LRA tentou permanecer o mais discreto possível, tentando simplesmente obedecer a ordens sem que reparassem nele. No entanto, chegou mesmo a ser muito próximo de Kony, até ao dia em que percebeu que nem essa proximidade o mantinha a salvo: “The final straw came when an increasingly paranoid Kony accused his closest adviser, Edward’s direct commander, of sleeping with women reserved for him. He ordered Edward and others to hack their own commander to death with machetes, and hang the body up as a warning. “I knew then that if Kony could kill someone even closer to him than me, it would be me one day”, Edward said.” Ao regressar à aldeia, Edward teve a sorte de ser muito bem acolhido pela comunidade, tendo sido feitos rituais de limpeza espiritual, num ambiente extremamente festivo, o que não costuma ser o caso. (The Guardian, 2013)

A 9 de Setembro de 1990, Florence Amony foi raptada pelas forças rebeldes da LRA, enquanto dormia. Convenceram os pais de Amony que eram forças governamentais, à medida que lhes roubavam o pouco que tinham e levavam a filha com eles. Durante os três dias que se seguiram foi obrigada a marchar até ao Sudão, onde se manteve durante 12 anos. Durante este período, foi a oitava mulher do seu comandante de quem teve 3 filhos. Porém as suas tarefas eram iguais a de todas as outras, pois lutava com outros rapazes, mesmo grávida, na linha da frente. Quando,

em 2004, o marido morreu, Amony encontrou uma oportunidade para fugir. Ao chegar a Gulu, foi apoiada por uma ONG, com centro de reabilitação de ex crianças-soldado, onde descobriu ser portadora de HIV. Ao voltar para a sua aldeia natal, soube que a família tinha morrido e que não era bem-vinda na comunidade. Amony defende que a reintegração das mulheres é bastante mais complicada pois a discriminação é maior em relação a estas: “Ugandans call formerly abducted people “dug paco”, which means “returnees” in Acholi, the primary language in the Gulu region. In most communities, the returnees can’t reintegrate without people pointing at them. They say the returnees have “cen” the evil spirit.” Por fim, Amoni, devido ao escasso apoio recebido pelo Estado, teve que obrigar os três filhos a desistir da escola pois não os conseguia sustentar sozinha (Beatrice Lamwaka- WNN MDG Stories).

Por fim, apresentamos ainda, a história de Dominic Ongwen, já mencionado neste estudo por ter sido capturado pelo Tribunal Penal Internacional, e por ter sido também um dos principais líderes que apoiou Kony todos estes anos. É no entanto preciso ter em conta que Ongwen foi raptado com 10 anos a caminho da escola no norte do Uganda e representa um “caso de sucesso” para Kony, pois foi completamente manipulável e tornou-se tudo o que o líder da LRA esperaria de um soldado perfeito. Embora Ongwen, ao contrário dos outros testemunhos apresentados, nunca tenha tido vontade de fugir, foi-lhe incutido que tudo o que fazia era em nome dos direitos da etnia Acholi. Acreditava cegamente nos poderes espirituais de Kony, que defendia que Deus os obrigava a matar e que esse mesmo Deus não condenava os soldados que obedeciam às suas ordens. Um caso como o de Ongwen é bastante difícil de definir, uma vez que este é simultaneamente culpado e inocente; “His example refutes the erroneous but morally and sometimes legally convenient definitions of LRA members as either victimis or violent perpetrators. Abducted as a child, indoctrinated and forced into committing unspeakable acts before he had even hit puberty, Ongwen is clearly a victim, but he is also a perpetrator.” Apesar de ser um enorme avanço o julgamento de um líder da LRA, não pode ser esquecido o contexto em que este se tornou líder, pois ele próprio foi uma das muitas crianças raptadas mencionadas nesta investigação. (The Washington Post, 2015)

## CONCLUSÃO

No decorrer desta investigação, analisamos o conceito de criança-soldado, assim como a situação geral das mesmas no mundo e, em particular, no continente africano. Compreendemos ainda, quais os principais elementos dirigidos à sua defesa: as normas do direito internacional e o funcionamento dos organismos internacionais. Foi ainda apresentado o conflito no Uganda e a insurgência e atuação do grupo armado Lord's Resistance Army. No último capítulo, pudemos apresentar os métodos de reintegração das crianças que tinham sido usadas como soldados, no Uganda: tanto as medidas implementadas pelo governo para esta questão como o importante trabalho que as ONG's desenvolveram neste campo. Na sequenciada discussão desenvolvida nos capítulos anteriores poderemos responder, nesta última secção, se o objetivo central deste estudo foi cumprido: se os métodos de reintegração no Uganda foram bem-sucedidos para as crianças envolvidas em conflitos armados.

Após analisarmos as medidas adotadas tanto pelo governo como pelas ONG's e Organizações Internacionais, de reintegração na sociedade ugandesa, conseguimos concluir que estas estiveram longe de alcançar os objetivos pretendidos. Na grande maioria, não foi possível a reintegração das ex crianças-soldado. Nesta última secção, compreenderemos as razões que levaram a que esta não fosse bem-sucedida no Uganda, assim como sugestões para que no futuro possam existir casos de maior sucesso.

Como foi possível comprovar, apesar de terem sido implementadas diferentes medidas tanto pelo governo ugandês como pelos diferentes organismos nacionais e internacionais, estas não foram suficientes para que a reintegração das ex crianças-soldado tenha sido eficaz.

"The main objective of reintegration is to restore ex-combatants to the lives they had before they joined the LRA. This, however, has not been possible, leading one to question whether the real objective of reintegration has been attained. There can be no reintegration without return; any reintegration process that fails to consider the return of ex-combatants to their villages is unlikely to be successful. "Reintegration" in such cases is a misnomer since the ex-combatants do not return to their areas of

origin. (...) While the term reintegration has been commonly used to cover all activities after demobilization, practice reintegration has been limited to providing reinsertion and resettlement assistance only.” (Maina, 2009, p. 52)

A presente citação começa por expor o problema do termo reintegração, que muitas vezes é mal aplicado pois não existe um lugar para onde voltar, logo não existe um retorno ao local de origem ou qualquer tipo de reintegração, propriamente dita.

São vários os fatores que dificultam o processo de reintegração. Em primeiro lugar, é necessário reintegrar as comunidades, que foram deslocadas devido ao conflito, para que exista um lar para onde voltar. A falta de oportunidades de trabalho e de possibilidade de progredir a nível profissional é outro fator que torna a reintegração muito difícil, a que ainda acresce o facto de estes jovens voltarem à criminalidade por não terem forma de subsistência. Note-se que o norte do Uganda é uma zona extremamente instável e insegura, assim como apresenta um baixo índice de escolaridade e poucas condições de saúde. Este cenário complica o sucesso dos programas de reintegração para as ex crianças-soldado, levantando a questão: onde de que forma é que estas ex crianças-soldado estão a ser reintegradas? (Maina, 2009).

Para que existam melhores resultados neste processo é necessário que as condições sejam mais favoráveis na zona para onde regressam do que na “selva”<sup>10</sup>, Juntamente com os restantes membros da LRA.

“For reintegration to be considered successful, research needs to be done on what is needed by the local economy, so as to inform the implementers of the DDR process on vocations in which to train. Failure to understand the socio-economic conditions and the local labour markets, and a lack of innovative ideas on how to stimulate employment for ex-combatants, can drastically undermine the reintegration process. (...) In order to help ex-combatants reintegrate, it is crucial to establish what the demobilized population thinks of the process of the reintegration. The success of any reintegration process, and whether they regard it as meaningful or not.”(Maina, 2009, p. 54)

---

<sup>10</sup> É comum antigos combatentes referirem-se ao “bush/jungle” como metáfora para os tempos em que estiveram a lutar.



De acordo com Cristopher Blatman (2008), investigador em conflitos armados, é necessário ter em conta certos elementos que necessitam ser melhorados para a reintegração ser bem-sucedida:

- Apoio ao pagamento da propina para frequentar o ensino secundário;
- Acesso a um ensino alternativo, de acordo com a idade, para a melhor reintegração dos jovens;
- Fornecimento de refeições não apenas aos alunos, mas também aos seus filhos, possibilitando assim a educação das jovens mães que têm que levar os filhos para a escola;
- Acesso à saúde, nomeadamente para tratar feridas de guerra. Existem cerca de 200 casos de jovens com feridas de guerra mal tratadas;
- Tratamentos de saúde mental, para aqueles com maior dificuldade em reintegrar-se na sociedade;
- Por último, é necessário estabelecer programas de reintegração não apenas para os retornados, raptados ou recrutados pela LRA mas para todas as pessoas que sofreram anos com o conflito. Recorde-se que a amnistia atribuiu pacotes remuneratórios a todos aqueles que regressaram e se desvincularam da LRA; no entanto, o Estado não forneceu ajuda a muitas pessoas que não cometeram crimes e foram desalojadas ou vítimas de outros crimes de guerra, o que conduziu a que se gerasse um sentimento de injustiça naqueles que nenhum apoio receberam.

Por serem vários os aspetos a serem melhorados nas medidas de reintegração no Uganda, não se pode afirmar que, até hoje, o caso tenha sido bem-sucedido. No entanto não podemos esquecer os esforços feitos, pelo governo, e pelas inúmeras ONG's tanto ugandesas como internacionais que lutaram para reintegrar estes jovens tentando que estes consigam as condições necessárias para integrar a sociedade. É importante recordar também que a participação do governo não foi tão ativa como a das ONG's, pelo que grande parte dos sucessos existentes se devem a estas organizações. O governo focou-se maioritariamente no plano de amnistia, dedicando-se pouco aos planos a longo prazo. Não nos podemos esquecer ainda que, devido à

escassez económica da maioria da população do Uganda, os recursos são muito limitados o que leva a que, por muito boas que as intenções sejam, muitas vezes não existam os meios para as concretizar.

Por fim, para que haja uma reintegração bem-sucedida no Uganda é necessário que os principais atores – Governo do Uganda, ONG's locais e organismos internacionais – trabalhem em conjunto, de forma a melhorar a via que provou ser mais eficaz: o trabalho das ONG's locais. Se os organismos internacionais apoiarem o Governo ugandês, este em vez de criar os seus próprios programas de reintegração, deve apoiar as ONG's que já têm programas eficazes montados e que muitas vezes não os conseguem aplicar por falta de recursos. Por sua vez, as próprias ONG's internacionais devem apoiar as ONG's locais de acordo com as normas africanas, respeitando a cultura, sem impor os costumes ocidentais em conflitos que desconhecem. Devem ser um amparo e não a via oficial de reintegração. Assim, se o apoio for todo direcionado para as ONG's locais, com o controlo do governo e dos Organismos Internacionais, para garantir a transparência e bom aproveitamento dos recursos, a reintegração correta será garantida para um maior número de crianças.

Concluimos esta investigação consciente da urgência de terminar com o fenómeno das crianças-soldado, não apenas no Uganda, mas no mundo inteiro. A existência de crianças-soldado não deveria, em nenhum caso, ser permitida. Deve haver uma maior atenção na prevenção, evitando que as crianças caíam em tal situação, assim como na responsabilização daqueles que as recrutam. É necessária também uma maior pressão internacional, nomeadamente na ratificação dos acordos existentes não apenas em alguns países, mas por todos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*A Convenção sobre os Direitos das Crianças*, 1989. Disponível em: [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf) [Consultado a 10.11.2015] ----

Agger, K., 2012. *The End of Amnesty in Uganda: Implications for LRA Defections*. Enough Project. Disponível em: <http://www.enoughproject.org/files/GuluDispatch.pdf>. [Consultado a 11.12.2015].

Akello, G., et al., s.d. *Reintegration of former child soldiers in northern Uganda: coming to terms with children's agency and accountability*. Disponível em: <http://ourmediaourselves.com/archives/43pdf/akello.pdf> [Consultado a 15.11.2015]

Akena, F., 2014. *Pornography and the Entrenchment of Western Hegemony: Deconstructing the Kony 2012 Video*. *Socialist Studies* Volume 10, issue 1 pp.50-66.

Allen, T., Vlassenroot, K., 2010. *The Lord's Resistance Army – Myth and reality*. London NY: Zed Books.

Allen, T., Seaton, J. (ed), 1999. *The Media and Conflict: War Reporting and Representations of Ethnic Violence*. London & NY: Zed Books.

Bainomugisha, A., 2010. *Peacebuilding Interventions in the Reintegration and Rehabilitation of Child Soldiers in Northern Uganda in Child Soldiers in Northern Uganda: An Analysis of the Challenges and Opportunities for Reintegration and Rehabilitation*. pp.203-251. Doctoral Dissertation. University of Bradford. Disponível em: <http://bradscholars.brad.ac.uk:8080/bitstream/handle/10454/5284/Final%20PhD%20Thesis-%20March%202011.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [Consultado a 4.1.2016]

BBC News, 2003. *Uganda conflict 'worse than Iraq'*. Disponível em:  
<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3256929.stm> [Consultado a 21.11.2015]

Blatmann, C., Annan, J., 2008. *Child combatants in northern Uganda: Reintegration myths and realities* in (Muggah, R.) *Security and Post-Conflict Reconstruction: Dealing with Fighters in the Aftermath of War*. Routledge. pp. 103–126. Disponível em  
<http://chrisblattman.com/documents/research/2008.DDR.pdf> [Consultado a: 3.1.2016]

Blatmann, C., Annan, J., et al. 2007. *Making reintegration work for youth in northern Uganda*. SWAY (The Survey of War Affected Youth). Disponível em:  
<http://chrisblattman.com/documents/policy/sway/SWAY.ResearchBrief.Reintegration.pdf>  
[Consultado a 16.1.2016]

Begley, T., 2012. *THE EXTRATERRITORIAL OBLIGATION TO PREVENT THE USE OF CHILD SOLDIERS*. Bates College. Disponível em:  
<http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1799&context=auilr>  
[Consultado a 3.10.2015]

Burnett, J., 2007. *Where Soldiers Fear to Tread*. London: Arrow Books.

Cage, L. *The complex story of a child soldier*. The Washington Post. Disponível em:  
<https://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2015/01/12/the-complex-story-of-a-child-soldier/> [Disponível em: 17.12.2015]

Cajac, L., 2015. *Tusk Wars - Inside the LRA and the Bloody Business of Ivory*. Enough Project. Disponível em: [http://www.enoughproject.org/files/Tusk\\_Wars\\_10262015.pdf](http://www.enoughproject.org/files/Tusk_Wars_10262015.pdf) [Consultado a 22.11.2015]

Chiaramonte, P., 2013. *Jungle horror: A survivor of Uganda's Lord's Resistance Army tells his story*. Fox News. Disponível em:  
<http://www.foxnews.com/world/2013/10/06/jungle-horror-survivor-uganda-lords-resistance-army-tells-his-story.html> [Consultado a 2.01.2016]

Clapham, C., 1998. *Analysing African Insurgencies* in (Clapman) *African Guerrillas*. London: Villiers Publications, pp. 1-18.

Correia, A., 2013. *Crianças-Soldado: O Problema no Caso de Darfur*. Universidade do Minho. Tese de Mestrado. Disponível em

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27808/1/Crian%C3%A7as-Soldado%20-%20O%20Problema%20no%20Caso%20de%20Darfur.pdf> [Consultado a 28.08.2015].

Dridi, B., 2004. *Child Soldiers Rehabilitation and Reintegration Programs* in (Nhema,A.) *The Quest for Peace in Africa*. Addis Ababa: OSSREA. Capítulo 6: pp.123-156.

Duffield, M., 2001. *Global Governance and the New Wars: The Merging, Development and Security*. London and NY: Zed Books.

Dunn, K., 2007. *Uganda: The Lord's Resistance Army* in (Dunn, K., Boas, M) *African Guerrillas - Raging Against the Machine*. USA: Lynne Rienner Publishers. pp.131-149.

Finnegan, L., Flew,C., 2008. *Disarmament, Demobilisation and Reintegration in Uganda - Mini Study Case*. University of Bradford. Disponível em <http://www.saferworld.org.uk/DDR%20Mini%20Case%20Study%20Uganda.pdf> [Consultado a 15.11.2015]

Global Security,s.d. *Uganda Civil War* [online]. Disponível em:

<http://www.globalsecurity.org/military/world/war/uganda.htm> [Consultado a 22.11.2015]

Hakimi, M., 2010. *State Bystander Responsibility*. The European Journal of International Law Vol. 21 no. 2. Disponível em: <http://ejil.org/pdfs/21/2/2010.pdf> [Consultado a 13.10.2015].

Honwana, A., 2007. *Child Soldiers in Africa (The Ethnography of Political Violence Series)*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

IGC, 2004. *Northern Uganda: Understanding and Solving the Conflict*. ICG Africa Report N°77 Nairobi/Brussels. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/horn-of-africa/uganda/Northern%20Uganda%20Understanding%20and%20Solving%20the%20Conflict.pdf> [Consultado a 12.11.2015].

IRIN NEWS, 2012. *No more amnesty certificates for rebels*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/95569/uganda-no-more-amnesty-certificates-rebels> [Consultado a 1.1.2015]

IRIN NEWS, 2013. *Girl child soldiers face new battles in civilian life*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/analysis/2013/02/12/girl-child-soldiers-face-new-battles-civilian-life> [Consultado a 18.09.2015]

IRIN NEWS, 2003. *Nature, Structure and Ideology of the LRA*. Disponível em: <http://www.irinnews.org/in-depth/65772/23/uganda-nature-structure-and-ideology-of-the-lra> [Consultado a 25.11.2015]

Jacobsen, A., 2007. *Rehabilitating, and Reintegrating Child Soldiers in African Conflicts*. Duke University. Disponível em <http://irps.ucsd.edu/assets/012/6360.pdf> [Consultado em 15.12.2014].

Kaldor, M., 2001. *New and Old Wars – Organized violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.

Keitesi,C., 2004. Child Soldier. Souvenir Press.

Labrance,J., 2015. Difficulties in Re-integrating Uganda's Child Soldiers. Human Trafficking Center. Disponível em: <http://humantraffickingcenter.org/posts-by-htc-associates/difficulties-in-re-integrating-ugandas-child-soldiers/> [Consultado a 12.12.2015]

Lamwaka, B., 2011. *Former girl child soldiers face hardships with reintegration in Uganda*. Women News Network. Disponível em: <http://womennewsnetwork.net/2011/09/20/former-girl-child-soldiers-reintegration-uganda/> [Consultado a 8.12.2015]

Lasley, T., Thyne, C.,2015. *Secession, legitimacy and the use of child soldiers*. Conflict Management and Peace Science: Vol. 3 pp.289-308. Disponível em [http://www.uky.edu/~clthyn2/lasley\\_thyne\\_cmps.pdf](http://www.uky.edu/~clthyn2/lasley_thyne_cmps.pdf) [Consultado a 20.09.2015].

Maina, G., 2009 . *Questioning Reintegration Processes in Northern Uganda*. Conflict Trends. Conflict Trends Publications. Chapter 7. Disponível em: <http://www.accord.org.za/publication/conflict-trends-2009-1/> [Consultado a 16.1.2016]

Mark, M., 2013. Joseph Kony child soldier returns to terrorised boyhood village. The Guardian. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jul/23/joseph-kony-child-soldier-return-uganda-lra> [Consultado a: 4.1.2016]

Mitton, K., 2015. *Rebels in a Rotten State: Understanding Atrocity in The Sierra Leone Civil War*. Nova Iorque: Oxford University Press.



Vale Pereira,A., 2014. *Noções Fundamentais do Direito Internacional Humanitário*. Coimbra Editora.

Rakisits, C.,2008. *Child soldiers in the east of the Democratic Republic of Congo*. Refugee Survey Quarterly. Volume: 27 pp.108-122. Disponível em <http://rsq.oxfordjournals.org/content/27/4/108.short> [Consultado a 15.10.2015].

Redress, s.d. *Amnesty Law - Uganda*. Disponível em: <http://www.redress.org/downloads/Amnesty-law---Uganda.docx> [Consultado a 2.12.2015]

Rohner,D. et al, 2012. *Seeds of Distrust: Conflict in Uganda*. Journal of Economic Growth. Volume 18, Issue 13, pp.217-252. Disponível em: [https://www.tilburguniversity.edu/upload/59bc1bbb-43b2-424b-ae7b-269f847f8900\\_rohner.pdf](https://www.tilburguniversity.edu/upload/59bc1bbb-43b2-424b-ae7b-269f847f8900_rohner.pdf) [Consultado a 10.11.2015].

Ronan,P., Poffenberger, M., 2013. *Hidden in Plain Sight - Sudan's Harboring of the LRA in the Kafia Kingi Enclave, 2009-2013*. Invisible Children and Enough Project. Disponível em: <http://www.theresolve.org/wp-content/uploads/2013/07/Hidden-in-Plain-Sight.pdf> [Consultado a 13.11.2015]

Rosen, D.,2005. *Armies of the Young: Child Soldiers in War and Terrorism*. Rutgers University Press.

Sanches, A.,2015. *Prémio Gulbenkian para o médico que tratou 21 mil mulheres vítimas de violação*. Publico. [online] Disponível em

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/medico-que-tratou-21-mil-mulheres-vitimas-de-violacao-recebe-premio-gulbenkian-1702265> [Consultado a 22.09.2015].

Sanchez Garcia, E., 2014. *La Problemática de los Niños Soldado en los Conflictos Armados: La labor de las Naciones Unidas*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Disponível em [http://www.academia.edu/8418619/La\\_problema%C3%A1tica\\_de\\_los\\_ni%C3%B1os\\_soldado\\_en\\_los\\_conflictos\\_armados\\_la\\_labor\\_de\\_las\\_Naciones\\_Unidas](http://www.academia.edu/8418619/La_problema%C3%A1tica_de_los_ni%C3%B1os_soldado_en_los_conflictos_armados_la_labor_de_las_Naciones_Unidas) [Consultado a 22.09.2015].

Simon, A., 2014. *Central African Republic: are we ignoring Rwanda all over again?*. The Guardian Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2014/apr/03/central-african-republic-are-we-ignoring-rwanda-all-over-again>> [Consultado a 10.09.2015].

Singer, P., 2005. *Children at War*. California: University of California Press.

Schomerus, M., Allen, T., et al., 2014. *Kony 2012 and the Prospects of Change – Examining the Viral Campaign*. Foreign Affairs (online) 13 de Março 2012.

Schomerus, M., Allen, T., 2006. *A hard homecoming: lessons learned from the reception center process in northern Uganda: an independent study*. Washington: United States Agency for International Development / United Nations Children's Fund

Specht, I., 2009. *Children and DDR in (Nosworthy, D.) Seen, but not Heard: Placing Children and Youth on the Security Governance Agenda*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Disponível em: [www.dcaf.ch/content/download/35636/526489/file/seen\\_but\\_not\\_heard.pdf](http://www.dcaf.ch/content/download/35636/526489/file/seen_but_not_heard.pdf) [Consultado a 11.10.2015]

Taylor, A., 2015. Why so Many African leaders hate the International Criminal Court. Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/06/15/why-so-many-african-leaders-hate-the-international-criminal-court/> [Consultado a: 13.01.2016]

The Amnesty Act, 2000. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/7d2430f8f3cc16b6c125767e00493668/\\$FILE/Ugandan+Amnesty+Act+2000.pdf](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/7d2430f8f3cc16b6c125767e00493668/$FILE/Ugandan+Amnesty+Act+2000.pdf) [Consultado a: 10.12.2015]

Tumusiime, M., 2010. *Disarmament, Demobilization and Reintegration of Ex-Combatants in Conflict Affected Northern Uganda*. University for Peace & Conflict monitor July 2010 p.4. Disponível em: [http://www.monitor.upeace.org/archive.cfm?id\\_article=731](http://www.monitor.upeace.org/archive.cfm?id_article=731) [Consultado a 13.12.2015]

UNICEF, 1997. *Cape Town Principles 1997 in Fact Sheet on Child Soldiers*. Disponível em: <http://www.unicef.org/emerg/files/childsoldiers.pdf> [Consultado a 2.09.2015]

UNICEF, 2007. *The Paris Principles: Principles and Guidelines on Children associated with armed forces or armed groups*. Disponível em: <http://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf> [Consultado a 2.09.2015]

UNICEF ESPAÑA, 2011. *China Keitetsi: «Ayudar a los niños soldado es responsabilidad de todos»*. Disponível em: <http://www.unicef.es/actualidad-documentacion/noticias/china-keitetsi-%C2%ABayudar-los-ninos-soldado-es-responsabilidad-de-tod> [Consultado a 15.09.2015].

United Nations Office of the The Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict. *Release and Reintegration*. Disponível em:

<https://childrenandarmedconflict.un.org/our-work/release-and-reintegration/>

[Consultado a 27.09.2015]

Velasco, M., 2008. *Uso y Participación de niños en conflictos armados*. Granada:

Editorial da Universidad de Granada. Disponível em:

<http://hera.ugr.es/tesisugr/17707134.pdf> [Consultado a 10.09.2015]

Young, A., 2007. *Preventing, Demobilizing, Rehabilitating, and Reintegrating Child Soldiers in African Conflicts*. The Journal of International Policy Solutions, Vol. 7, Spring, pp. 19-24. Disponível em: <<http://irps.ucsd.edu/assets/012/6360.pdf>> [Consultado a 1.10.2015]

Webster, T., 2007. *Babes with Arms: International Law and Child Soldiers*. School of Law: Case Western Reserve University. Disponível em:

[http://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1555&context=faculty\\_publications](http://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1555&context=faculty_publications) [Consultado a 2.11.2015].

Wilson, J., 1964. *Education and indoctrination*. Manchester: Manchester University Press. Disponível em:

[https://books.google.pt/books?id=SCO8AAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=SCO8AAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) [Consultado a 16.09.2015]

Wilkerson, M., 2010. *Why can't anyone stop the LRA?* in Foreign Policy [online].  
Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2010/04/15/why-cant-anyone-stop-the-lra/>  
[Consultado a 22.11.2015]

Woods, J., 2004. *I got my first Uzi when I was nine*. The Telegraph. Disponível em:  
<http://www.telegraph.co.uk/culture/3617238/I-got-my-first-Uzi-when-I-was-nine.html>  
[Consultado a 11.09.2015].

Young, A., 2007. *Preventing, Demobilizing, Rehabilitating, and Reintegrating Child Soldiers in African Conflicts*. The Journal of International Policy Solutions, Vol. 7, Spring, pp. 19-24. Disponível em: <<http://irps.ucsd.edu/assets/012/6360.pdf>> [Consultado a 1.10.2015]

## **Protocolos, Convenções e Sites de Programas/Projectos de Organizações**

### **Internacionais**

*Maputo Declaration on the Use of Children as Soldiers*, 1999. Disponível em  
[https://www.essex.ac.uk/armedcon/story\\_id/MAPUTO%20AFRICAN%20CONFERENCE%20ON%20THE%20USE%20OF%20CHILDREN%20AS%20SOLDIERS.pdf](https://www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/MAPUTO%20AFRICAN%20CONFERENCE%20ON%20THE%20USE%20OF%20CHILDREN%20AS%20SOLDIERS.pdf) [Consultada a 12.10.2015]

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, 2000. Disponível em:  
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/protocolo-crian%27as1.html> [Consultado a 12.10.2015]

Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, s.d. Disponível em:  
<http://www.achpr.org/pt/instruments/child/> [Consultada a 14.10.2015]

European External Action, EU Election Observation Mission to Uganda in 2016. Disponível em: [http://eeas.europa.eu/euom/missions/2016/uganda/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/euom/missions/2016/uganda/index_en.htm) [Consultado a: 7.6.2016]

The Paris Principles, 2007. *PRINCIPLES AND GUIDELINES ON CHILDREN ASSOCIATED WITH ARMED FORCES OR ARMED GROUPS*. Disponível em:

<http://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf> [Consultado a: 15.10.2015]

Invisible Children, s.d. *History of the War*. Disponível em:

<http://invisiblechildren.com/conflict/history/> [Consultado a: 11.11.2015]

Child Soldiers, s.d. *Introducing our Work*. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/> [Consultado a: 12.11.2015]

War Child, s.d. *WE ARE WAR CHILD*. Disponível em: <http://www.warchild.org/we-are-war-child> (12.11.2015]

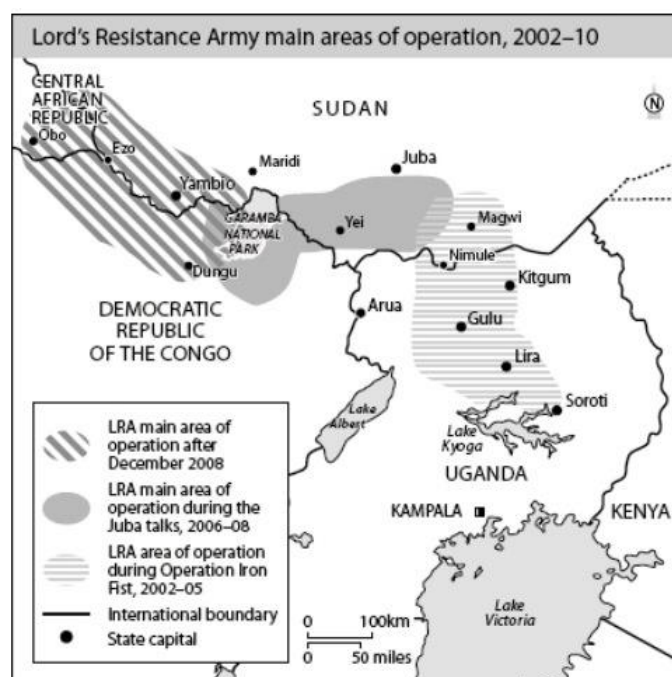
Human Right's Watch, 2013. *Child Soldiers*. Disponível em:

<https://www.hrw.org/topic/childrens-rights/child-soldiers> [Consultado a 12.11.2015]

## MAPAS



Mapa 1 – Mapa do Uganda (Fonte: <http://www.lahistoriaconmapas.com/atlas/mapa-portugues/Uganda-mapa-Capital.htm>)



Mapa 2 – Principais Áreas de Actuação da LRA a partir de 2002 no Sudão e Uganda  
(Fonte: Allen, T., Vlassenroot, K., 2010. *The Lord's Resistance Army – Myth and reality*. p.13. London NY: Zed Books.)

